

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
CAMPUS GOVERNADOR VALADARES  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**LUCAS FERNANDES DE SOUZA COSTA**

**PERFIL DE INVESTIDOR: UMA ANÁLISE DOS DISCENTES DE CIÊNCIAS  
CONTÁBEIS DA UFJF – *CAMPUS* GOVERNADOR VALADARES - MG**

Governador Valadares

2021

**LUCAS FERNANDES DE SOUZA COSTA**

**PERFIL DE INVESTIDOR: UMA ANÁLISE DOS DISCENTES DE CIÊNCIAS  
CONTÁBEIS DA UFJF – *CAMPUS* GOVERNADOR VALADARES - MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Governador Valadares como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. Adriano Freitas de Azevedo

Governador Valadares

2021

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da  
Biblioteca Universitária da UFJF,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Costa, Lucas Fernandes de Souza.

Perfil de investidor: Uma análise dos discentes de Ciências  
Contábeis da UFJF – *Campus* Governador Valadares - MG / Lucas  
Fernandes de Souza Costa Costa. -- 2021.

79 p. : il.

Orientador: Adriano Freitas de Azevedo

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade  
Federal de Juiz de Fora, Campus Avançado de Governador  
Valadares, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA, 2021.

1. Investimentos. 2. Finanças. 3. Educação financeira. I. Azevedo,  
Adriano Freitas, orient.

**LUCAS FERNANDES DE SOUZA COSTA**

**PERFIL DE INVESTIDOR: UMA ANÁLISE DOS DISCENTES DE CIÊNCIAS  
CONTÁBEIS DA UFJF – *CAMPUS* GOVERNADOR VALADARES - MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Governador Valadares como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovada em 12 de março de 2021

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Me. Adriano Freitas de Azevedo - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Governador Valadares

---

Prof. Ma. Jamile Neme de Queiroz

Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Governador Valadares

---

Prof. Dra. Kacilene Gonçalves Machado

Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Governador Valadares



Dedico este trabalho ao curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Juiz de Fora – *Campus* Avançado Governador Valadares – MG, a minha família e aos meus amigos com que tive o prazer de conviver ao longo da graduação.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, principalmente por ter proporcionado tudo na minha vida, por ter abençoado cada passo durante a minha caminhada e por ajudar a tornar realidade o sonho de concluir a graduação.

Aos meus pais e a minha irmã, que sempre estiveram ao meu lado me dando forças nos momentos de dificuldade e apoiando as minhas decisões. Sem vocês, nada disso seria possível. Muito obrigado pelo apoio incondicional e por todos os conselhos!

Aos meus amigos que fiz durante a graduação, que compartilharam comigo inúmeras experiências, dúvidas, emoções e aprendizados que levarei e recordarei com muito carinho para sempre.

Por fim, aos professores que um dia tive o prazer de ser aluno, por terem compartilhado seus conhecimentos e vivências conosco com maestria e excelência. Vocês têm papel muito importante no meu sucesso e na minha formação pessoal e profissional.

## RESUMO

Atualmente, dentro do mercado financeiro existem diferentes modalidades de investimentos que combinam variados níveis de risco e retorno aos indivíduos, o que conseqüentemente permite a adequação das alternativas aos diferentes perfis de risco dos investidores. Dessa forma, o objetivo principal desse estudo é analisar o perfil de investidor dos alunos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora – *Campus Avançado Governador Valadares* – MG. Para a realização da pesquisa, foram aplicados questionários de forma remota aos estudantes, contendo 15 perguntas fechadas e de múltipla escolha. Portanto, nas respostas foi observado a predominância do perfil moderado entre os respondentes, seguido dos estudantes com perfil conservador e arrojado. De maneira complementar, os alunos também apresentam o hábito de poupar seus ganhos, buscam informações sobre investimentos principalmente através dos meios de comunicação oriundos da era da moderna da tecnologia e já pensam em se planejar financeiramente a longo prazo, uma vez que eles valorizam importância de investir visando uma aposentadoria mais tranquila e menos dependente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no futuro. Por fim, ao abordar os investimentos que os estudantes atualmente aplicam seu dinheiro, observou-se a predominância da caderneta de poupança, além de que a mesma também foi considerada a modalidade de investimento que os discentes também julgam apresentar maior conhecimento sobre seu funcionamento.

Palavras-chave: Perfil do investidor. Investimentos. Planejamento financeiro.

## **ABSTRACT**

Currently, within the financial market there are different types of investments that combine various levels of risk and return to individuals, which consequently allows for the adaptation of alternatives to the different risk profiles of investors. Thus, the main objective of this study is to analyze the investor profile of students in the Accounting Science course at the Universidade Federal de Juiz de Fora - Campus Avançado Governador Valadares - MG. To conduct the research, questionnaires were applied remotely to the students, containing 15 closed multiple-choice questions. Therefore, in the answers it was observed the predominance of the moderate profile among respondents, followed by students with a conservative and bold profile. In a complementary way, the students also present the habit of saving their earnings, they search for information about investments mainly through the media coming from the modern era of technology, and they already think about planning financially in the long term, once they value the importance of investing aiming at a calmer retirement and less dependent on the National Institute of Social Security (INSS) in the future. Finally, when addressing the investments that students currently apply their money, it was observed the predominance of the savings account, and that it was also considered the type of investment that students also consider to have greater knowledge about its operation.

**Keywords:** Investor profile. Investments. Financial planning.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Títulos públicos prefixados.....	26
Quadro 2 – Títulos públicos pós fixados.....	26
Quadro 3 – Diferenças entre VGBL e PGBL.....	29
Figura 1 – Variação Anual Nominal do Ibovespa entre 1994 a 2016.....	37
Gráfico 1 – Sexo dos respondentes.....	41
Gráfico 2 – Distribuição por faixa etária.....	42
Gráfico 3 – Período acadêmico dos discentes.....	43
Gráfico 4 – Disciplinas sobre mercado de capitais ou finanças.....	44
Gráfico 5 – Faixa de renda individual.....	45
Gráfico 6 – Hábito de poupar recursos.....	46
Gráfico 7 – Perfis de investidores.....	48
Quadro 4 – Perfis dos investidores por sexo.....	49
Gráfico 8 – Objetivos desejados ao investir.....	50
Gráfico 9 – Investimentos dos discentes.....	52
Quadro 6 – Conhecimento dos alunos sobre investimentos.....	55
Quadro 7 – Classificação final dos investimentos por níveis.....	55
Gráfico 10- Fontes de informação utilizadas pelos discentes.....	58
Gráfico 11- Promessas de ganhos fáceis, rápidos e com pouco esforço.....	60
Gráfico 12- Diversificação nos investimentos.....	62
Gráfico 13- Importância de investir a longo prazo.....	63
Gráfico 14- Simulação de investimentos com R\$1.000.000,00.....	64

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
B3	Brasil, Bolsa, Balcão
BACEN	Banco Central do Brasil
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPC	Conselho Nacional de Previdência Complementar
CNSP	Conselho Nacional de Seguros Privados
COPOM	Comitê de Política Monetária
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FGC	Fundo Garantidor de Crédito
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LCA	Letra de Crédito do Agronegócio
LCI	Letra de Crédito Imobiliária
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PIB	Produto Interno Bruto
PGBL	Plano Gerador de Benefício Livre
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
TR	Taxa Referencial
VGBL	Vida Gerador de Benefício Livre

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	10
1.2. OBJETIVOS.....	11
1.2.1. Objetivo Geral .....	12
1.2.2. Objetivos Específicos .....	12
1.3 JUSTIFICATIVA.....	12
2. REVISÃO DE LITERATURA .....	14
2.1. PERFIS DE INVESTIDORES .....	14
2.2. MERCADO DE CAPITAIS .....	17
2.2.1. MERCADO DE RENDA FIXA .....	21
2.2.2. MERCADO DE RENDA VARIÁVEL .....	23
2.3. PRODUTOS FINANCEIROS .....	23
2.3.1. Caderneta de poupança .....	23
2.3.2. Títulos públicos federais.....	24
2.3.3. Previdência privada .....	27
2.3.4. Certificado de depósito bancário (CDB) .....	29
2.3.5. Letra de crédito imobiliária (LCI) e Letra de crédito do agronegócio (LCA) .....	30
2.3.6. Derivativos .....	30
2.3.7. Fundos de investimentos .....	32
2.3.8. Fundos de investimento imobiliários .....	33
2.4. HISTÓRICO ACIONÁRIO BRASILEIRO .....	35
3. METODOLOGIA.....	38
4. ANÁLISE DE RESULTADOS .....	41
4.1. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONDENTES.....	41
4.2. FINANÇAS PESSOAS.....	45
4.3. PERFIL DE INVESTIDORES.....	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	66
6. REFERÊNCIAS.....	69
APÊNDICE A – Questionário .....	75

## 1. INTRODUÇÃO

O hábito de poupar, apesar de ser uma prática de longa data e bastante conhecida na sociedade, é de grande importância no que tange a elaboração de um adequado planejamento financeiro, haja visto que os recursos poupados são utilizados e destinados a suprir as mais diversificadas necessidades de curto e longo prazo dos indivíduos. Entretanto, o costume de poupar recursos financeiros ainda não se encontra consolidado entre os brasileiros, pois embasado no estudo elaborado de forma conjunta pela CVM, CNDL e o SPC Brasil (2018) com o objetivo de analisar o cenário da poupança e dos investimentos dos brasileiros, foi apontado que somente um terço (32,5%) dos entrevistados costumam constituir uma reserva de dinheiro, sendo que destes somente 21,4% poupam o que sobra do orçamento e 11,1% estipulam um valor a ser poupado previamente.

A princípio, apesar do hábito de poupar ainda não fazer parte dos planos de muitos cidadãos brasileiros, é importante destacar que além de garantir maior tranquilidade financeira, poupar permite que os indivíduos possam atingir os seus objetivos financeiros e, somado ao hábito de investir, propicia o aumento e a diversificação do patrimônio, além da obtenção de diferentes fontes de renda, por exemplo. De acordo com a Anbima (2019), os brasileiros consideram como principais vantagens ao investir a segurança financeira, ou seja, a possibilidade de conseguirem juntar uma reserva de dinheiro (48%) e os retornos que são obtidos a partir da aplicação do capital (19%), por exemplo.

Contudo, apesar dos benefícios citados que os brasileiros valorizam nos investimentos, a decisão de investir não é uma tarefa simples e demanda um adequado conhecimento sobre o perfil de investidor de cada indivíduo. Segundo Brimble e Hodgson (2007), a decisão de onde investir está diretamente relacionada com o nível de risco que o investidor está sujeito a correr em suas aplicações de capital frente ao retorno esperado. Dessa forma, para o investidor, a garantia de preservação ou evolução do seu patrimônio depende do *trade-off* intrínseco da relação risco e retorno. Também vale destacar que, atualmente, dentro do mercado financeiro existem diferentes modalidades de investimentos de renda fixa e variável que combinam variados níveis de risco e retorno aos investidores, o que consequentemente permite a adequação das alternativas aos diferentes perfis de risco dos investidores.



Desde 2016, o Banco Central do Brasil vem efetuando cortes sucessivos na Taxa Selic, logo a reduzindo de 14,25% até chegar em 2,00% ao ano, em 2020. Diante deste contexto, investimentos de renda variável despertaram maior interesse dos investidores em 2020, principalmente devido às oportunidades de ganhos mais atraentes na bolsa de valores do que em relação aos ganhos provenientes das aplicações de renda fixa mais tradicionais. De acordo com dados da B3 (2020), 2020 encerrou o ano com 3.229.318 CPFs cadastrados na bolsa de valores, o que representa um aumento de 92,10% comparado com o número de investidores cadastrados em 2019. Também dentro do contexto do mercado de capitais, de acordo com dados da B3 (2020), 28 novas empresas abriram o seu capital na bolsa brasileira em 2020. Logo, o volume de empresas que fizeram a abertura de capital foi o maior desde 2007, quando 64 companhias ingressaram para o mercado acionário do país (ALBERGONI; KUSTER, 2010).

De maneira complementar, além do aumento do número de investidores ingressando na bolsa de valores nos últimos anos, a caderneta de poupança, apesar de suas rentabilidades reais reduzidas, também apresentou valores de captação recordes, ligada aos efeitos da pandemia na economia. Segundo consta no relatório de poupança do Banco Central (2020), os brasileiros depositaram R\$166,310 bilhões líquidos na caderneta de poupança. O resultado é o maior valor líquido já registrado de toda série histórica do banco até então, iniciada em 1995.

Diante desse contexto, o presente trabalho apresenta como objetivo principal identificar o perfil de investidor dos discentes de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora - *Campus Avançado Governador Valadares* – MG e busca responder o seguinte problema de pesquisa: os estudantes de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora – *Campus Avançado Governador Valadares* – MG pensam em poupar o seu dinheiro e se planejam financeiramente para o futuro? Assim sendo, a pesquisa contou com o total de 81 respostas, com os questionários sendo aplicados aos discentes entre os meses de dezembro a janeiro de 2021.

## 1.2. OBJETIVOS

Quanto aos objetivos do trabalho, os mesmos se encontram divididos entre geral e específicos, como apresentado nos tópicos seguintes.

### 1.2.1. Objetivo Geral

O trabalho proposto tem o objetivo geral de identificar o perfil de investidor dos discentes de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora - *Campus Avançado Governador Valadares* – MG.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

A partir da definição do objetivo geral, o trabalho apresenta os seguintes objetivos específicos:

- a) analisar os investimentos preferidos, observando em quais os alunos investem e em quais eles investiriam dentro de uma situação hipotética;
- b) observar as percepções dos alunos sobre os objetivos que desejam atingir ao investir;
- c) analisar se os estudantes apresentam conhecimento sobre diferentes alternativas de investimentos;
- d) identificar as principais fontes de informação utilizadas pelos estudantes ao tomar conhecimento sobre investimentos.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

Inicialmente, a razão por realizar a pesquisa com os estudantes de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora – *Campus Avançado Governador Valadares* – MG seguiu o pressuposto de que os alunos do curso tendem a apresentar familiaridade e conhecimento sobre o conteúdo da pesquisa, principalmente porque durante a vida acadêmica estes podem apresentar boas oportunidades de adquirirem conceitos, conhecimento e práticas relacionados ao mercado financeiro dentro da universidade, seja a partir de cursos, seminários e palestras que são ministradas sobre o tema, através de experiências em Projetos de Extensão ou cursando disciplinas ofertadas que podem desenvolver e despertar o interesse do aluno sobre finanças e mercado de capitais, tais como Gestão Financeira, Mercado de Capitais, Análise das Demonstrações Contábeis, Matemática Financeira, Economia, Avaliação de Empresas e Análise de Investimentos, por exemplo.

Contudo, vale destacar que a proposta do trabalho era envolver também os alunos de Administração e Ciências Econômicas da universidade na pesquisa como forma de também analisar o perfil de investidor dos discentes destes cursos, porém devido ao pequeno e irrelevante número de respostas recebidas dos estudantes de Administração e Ciências Econômicas, foi necessário fazer mudanças para delimitar a população da pesquisa para somente analisar perfil de investidor dos alunos de Ciências Contábeis, uma vez que obteve-se um relevante número de respostas por parte destes estudantes comparado aos demais. Assim, a dificuldade para obtenção das respostas dos alunos dos outros cursos citados anteriormente se deu principalmente devido ao momento em que as atividades e aulas presenciais se encontram suspensas na universidade, o que impossibilitou um contato mais direto com os indivíduos de outros cursos de graduação para compartilhar e estimular uma maior participação na pesquisa.

Ademais, dada as ressalvas apresentadas, o presente trabalho é relevante por analisar o perfil dos investidores diante de um momento de evolução do mercado de capitais frente às consequências da pandemia na economia do país, haja visto que segundo consta nos dados da B3 (2021) até o mês de dezembro de 2020 haviam 3.229.318 CPFs cadastrados na bolsa de valores. Apesar de ser um número pequeno em relação ao tamanho da população brasileira, tal dado apresenta uma crescente se comparado a anos anteriores. Para efeitos de comparação, em 2015, havia somente 557.109 investidores com CPF cadastrados na B3, ou seja, num espaço temporal de aproximadamente 5 anos, o número de pessoas físicas cadastradas sofreu um aumento de, aproximadamente, 479,65%.

De maneira complementar, a justificativa por realizar a pesquisa com universitários também se relaciona ao fato de os jovens estarem cada vez mais se interessando por investir, haja visto que segundo o estudo da B3 (2020), os jovens estão mais presentes e se interessando cada vez mais pelos investimentos, uma vez que dos investidores que ingressaram na bolsa entre o período entre abril de 2019 a abril de 2020, por exemplo, 42% possuem idade de 25 a 34 anos e 26% se encontram na faixa etária de 18 a 24 anos.

Em relação aos temas anteriormente citados, tais conteúdos influenciam diretamente as decisões dos investidores e que afetam essencialmente o público universitário que irá ingressar no mercado de trabalho, visando, por exemplo, a aposentadoria e a construção de uma renda complementar à da previdência social no

futuro, ou seja, a necessidade de se criar uma reserva financeira ganha maior destaque para o público alvo da pesquisa para que estes possam se planejar financeiramente. Lusardi (2008) de maneira análoga frisa a importância da educação financeira no processo de tomada de decisão dos jovens, podendo proporcionar maior eficiência e eficácia no gerenciamento das finanças pessoais dos indivíduos que se encontram nessa faixa etária, uma vez que estabelecendo uma relação saudável com o dinheiro desde cedo, facilita a aptidão de um futuro com independência financeira, e conseqüentemente, com uma melhor qualidade de vida.

Portanto, a criação de uma “poupança financeira” desde a fase universitária ganha importância no contexto atual do país, principalmente no tocante a desenvolver e despertar o interesse pelos investimentos, haja visto que é no período da vida acadêmica que muitos discentes começam a tomar conhecimento sobre o funcionamento do mercado financeiro e de capitais, por exemplo.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1. PERFIS DE INVESTIDORES**

No tocante a dissertar sobre os perfis dos investidores, Assaf Neto (2018) pondera que há diferentes classificações, também ressaltando que a postura de um indivíduo frente ao risco é algo bastante pessoal, logo não havendo uma resposta única para todas as situações. De maneira complementar, o autor afirma que a maior preocupação nas decisões de investimento à frente de uma situação de incerteza é expressar as preferências do investidor em relação à dualidade existente entre risco e retorno intrínseca a toda alternativa financeira, haja visto que correr riscos maiores podem proporcionar ganhos mais atrativos e vice versa.

Gitman (2010) conceitua o risco como uma probabilidade de perda financeira. De maneira formal, o risco é utilizado de forma intercambiável com a incerteza em relação à variabilidade dos retornos intercalados a um determinado ativo. Logo, quanto mais distante da certeza estiver o retorno de um ativo, maior será sua variabilidade e, conseqüentemente, o seu risco. Já em relação ao retorno, o mesmo Gitman (2010, p. 204) define como “[...] o ganho ou prejuízo total que se tem com um investimento ao longo de um determinado período de tempo.”

De acordo com Cadore (2007), ao se analisar o perfil do investidor, alguns fatores essenciais devem ser levados em consideração, tais como a tolerância psicológica do indivíduo frente ao risco, a situação financeira em que o mesmo se encontra e a preparação prévia como investidor. Dessa forma, depende basicamente do nível de risco que o indivíduo está disposto a aceitar em seus investimentos, do horizonte no tempo das aplicações, o nível de rendimento desejado e do nível de segurança a garantir, por exemplo. Ainda de acordo com o ponto de vista do autor, os investidores podem ser divididos em 3 perfis: conservador, moderado e agressivo.

Entretanto, como pondera Sales (2012), para que por exemplo, bancos e corretoras de valores mobiliários possam determinar e tomar conhecimento sobre o perfil de investidor de seus clientes e os auxiliarem quanto as melhores opções de investimentos adequados ao portfólio ideal para o perfil de cada indivíduo, são aplicados questionários com o objetivo de analisar o quão tolerante o investidor é ao risco nas suas aplicações de capital.

Assim, os investidores conservadores prezam por preservar o seu patrimônio, assumindo poucos riscos em suas aplicações. De maneira geral, valorizam a segurança em suas alocações de capital, apesar dos retornos obtidos serem mais limitados. Os investidores moderados são aqueles que além de valorizarem a segurança nos seus investimentos, também estão dispostos a investir em produtos financeiros de maior risco, podendo proporcionar ganhos e retornos um pouco maiores. E por fim, os investidores de perfil agressivo são aqueles que estão dispostos a correr riscos significativos maiores em prol de obterem retornos expressivos no curto prazo, estando cientes das maiores chances de perda dos recursos investidos (CADORE, 2007).

Abordando especificamente o perfil de investidor do público jovem e que está relacionado com o alvo da pesquisa, o estudo da B3 (2020) aponta que o público jovem analisado apresenta algumas características e comportamentos bem específicos, como já se preparam financeiramente para o futuro, prezam pela busca de diferentes fontes de informação para adquirirem novos aprendizados, no geral apresentam visão de investir a longo prazo e diversificam seus investimentos.

Quanto as características que também foram encontradas no perfil de investidor de estudantes universitários, nos trabalhos Silva e Oliveira (2014), Gonzalez Junior, Santos e Souza (2015), Santos (2018) e Sales (2012) a caderneta de poupança foi considerada o principal investimento dos estudantes, apesar da maioria

dos discentes investigados em questão estarem adeptos a correrem mais riscos em suas aplicações de capital, uma vez que nos respectivos trabalhos foi apresentado que além de muitos indivíduos apresentarem perfil de investidor moderado, eles também optam por diferentes investimentos de renda fixa e variável que combinam variados níveis de risco e retorno. Indo também ao encontro do que foi observado no estudo da B3 (2020), Poloni (2020) destaca que os estudantes em sua pesquisa também buscam se informar sobre finanças e assuntos econômicos que envolvem os investimentos principalmente através de sites e por meios digitais, devido a evolução tecnológica e pelo fato das informações advindas destes meios serem cada vez mais abrangentes.

Por fim, foi observado em trabalhos similares realizados com universitários e que causam discrepância entre os resultados vistos é quanto a influência da educação financeira na graduação como forma de contribuir para que os discentes possam apresentar maior conhecimento sobre investimentos e obterem um melhor gerenciamento dos seus recursos financeiros. De uma forma geral, como trazem Vieira, Bataglia e Sereia (2011), a educação financeira é um processo que consumidores e investidores aprimoram seus conhecimentos sobre finanças pessoais e investimentos e, por meio da informação, instrução e orientações objetivas, permitem que os indivíduos desenvolvam habilidades e confiança para conhecer melhor os riscos e as oportunidades financeiras, e assim tomarem decisões mais assertivas e fundamentadas.

Para Lusardi (2008), a importância da educação financeira está voltada ao fato que, para realizar investimentos, por exemplo, é preciso que os indivíduos necessitam de obter informações, realizar previsões sobre diferentes variáveis, como sobre taxas de juros e inflação, e também realizar cálculos, que para isso devem ter conhecimento de juros compostos, logo surge a importância da educação financeira como facilitadora neste processo.

Nas obras de Dias et al (2019) e Gonzalez Junior, Souza e Santos (2015), por exemplo, foi frisado que a educação financeira ainda é um tema pouco difundido no Brasil e que o brasileiro não possui uma cultura investidora, e dessa forma sendo observado na concepção dos estudantes que as universidades analisadas nos respectivos trabalhos de pouco ou quase nada os influenciaram a investir e que falham bastante neste quesito. Entretanto, o trabalho de Santos (2018) apresentou resultados distintos, dado que os estudantes atribuíram a educação financeira ao longo da

graduação um fator importante para tomarem conhecimento sobre investimentos e gerir de forma mais eficiente os seus ganhos, logo tornando mais assertivas suas decisões de investimentos.

## 2.2. MERCADO DE CAPITALIS

Segundo Assaf Neto (2018), o mercado de capitais é o grande municiador de recursos permanentes na economia, em virtude da ligação que efetua entre os que têm capacidade de poupança, ou seja, investidores, e aqueles carentes de recursos de longo prazo, ou seja, que apresentam déficit de investimento. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Albergoni e Kuster (2010) complementam que o mercado de capitais além de ser fundamental, sob a visão da teoria econômica, ao financiamento produtivo de longo prazo para as empresas e ao crescimento do país, atrai o interesse de investidores mais propensos ao risco, haja visto que permite que estes negociem valores mobiliários, como, por exemplo, *commercial papers*, debêntures e ações.

Como valores mobiliários, Pinheiro (2016) disserta que embasado nas Leis nº 6.385/76 e nº 10.303/01, os valores mobiliários são definidos como todo investimento ou em bens suscetíveis de avaliação monetária, realizado pelo investidor em função de uma captação pública de recursos, para fornecer capital de risco a um empreendimento em que ele, o investidor, espera obter ganho ou benefício futuro.

*Commercial papers* são títulos de capitalização de curto prazo emitidos pelas empresas junto a investidores no mercado, a fim de obter recursos para financiar suas necessidades de capital de giro (KERR, 2011). Pinheiro (2016) também apresenta que os *commercial papers* são um tipo de nota de promissória de curto prazo, emitido por sociedades por ações, colocadas no mercado a favor dos investidores e que lhe pagam remunerações periódicos na forma de juros.

As debêntures são títulos de dívida de médio e longo prazo emitidos pelas sociedades anônimas de capital aberto ou fechado e são destinados a financiar os projetos de investimentos ou reestruturar as dívidas das empresas. Em síntese, tal modalidade de investimento gera um direito de crédito para o investidor, logo, proporcionando ao mesmo receber da instituição emissora dos títulos a remuneração total no vencimento ou periodicamente na forma de juros (ASSAF NETO, 2018). Pinheiro (2016) completa que as debêntures são títulos de dívida de médio e longo prazo emitidos por empresas de diferentes setores. Logo, o indivíduo interessado ao

investir o seu dinheiro em uma debênture está emprestando seu dinheiro para a empresa que emitiu o título de dívida. Rambo (2014) destaca por fim que as debêntures também podem ser colocadas no mercado de forma direta, ou seja, quando são ofertadas especificamente a determinados compradores, tais como instituições financeiras ou fundo de pensão ou através da oferta pública, onde os títulos de dívida serão negociados no mercado secundário da bolsa de valores, podendo ser colocados com desconto (abaixo do valor nominal), com prêmio (acima do valor nominal) ou a par (com o mesmo valor nominal).

Quanto às suas classificações, as debêntures podem ser divididas em 4 modalidades distintas, segundo Kerr (2011):

- I) Simples - não dão direito à conversão em ações da empresa emissora;
- II) Conversíveis - permitem a conversão dos títulos em ações da empresa emissora;
- III) Incentivadas - são ligadas ao setor de infraestrutura e são isentas de IR e IOF ao investidor pessoa física;
- IV) Comuns - sofrem tributação regressiva de IR sobre a rentabilidade acumulada do período entre o prazo de até 6 meses (22,5%) a período superior a 24 meses (15%).

De acordo com o estabelecido por Kerr (2011) as ações são títulos que representam a menor fração em que se subdivide o capital social de uma empresa organizada sob a forma de sociedade anônima, representando um investimento permanente na empresa. Logo, o acionista se torna um “proprietário” da companhia, participando dos resultados obtidos pela mesma.

Como dissertado no estudo de Martini (2013), as ações são consideradas investimentos de renda variável, haja visto que suas rentabilidades não estão atreladas a uma fórmula específica pré-estabelecida, como o que ocorre com investimentos de renda fixa, por exemplo. Logo, os retornos dos respectivos ativos variam de acordo com fatores relacionados ao comportamento e expectativas do mercado, o que os tornam bastante imprevisíveis.

Acompanhando a ótica de Pinheiro (2016), as ações, de maneira geral, podem ser classificadas em preferenciais, ordinárias e de gozo ou fruição:



- a) Ordinárias - são ações comuns, e seus possuidores têm todos os direitos e obrigações de legítimos proprietários da empresa. Em termos gerais, tais acionistas detém direito a voto nas assembleias, nas quais cada ação equivale a um voto;
- b) Preferenciais - são ações que apresentam como principal característica a prioridade sobre as ações ordinárias no recebimento de dividendos e, em caso de liquidação, também no recebimento do reembolso de capital. Os acionistas preferenciais não possuem poder de voto nas assembleias;
- c) Gozo ou fruição - são ações que são de posse e propriedade dos sócios-fundadores da sociedade, já amortizadas, pois o titular recebe, de forma antecipada, o valor contábil que elas representam e, portanto, acabam não sendo negociadas em bolsa.

Para que uma empresa tenha as suas ações negociadas na bolsa de valores ou no mercado de balcão, em termos gerais, é necessário que a mesma esteja registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e que esteja disposta a cumprir com as obrigações e exigências que lhe são pertinentes. Logo, quando uma empresa lista as suas ações na bolsa de valores pela primeira vez, ou seja, se tornando uma empresa de capital aberto e de interesse público, tal processo é denominado *Initial Public Offering* (IPO) ou, simplesmente, abertura de capital. Contudo, alguns fatores devem ser levados em consideração quando a companhia decide abrir o seu capital, tais como: os custos que serão incorridos na transação, análises de viabilidade, taxas de retornos dos investimentos, aceitação por parte dos acionistas e disposição para a prestação de contas (ALBERGONI; KUSTER, 2010).

Como embasado anteriormente, o mercado de ações pode ser classificado entre mercado primário e mercado secundário. Diz-se que o mercado é primário quando a partir da abertura de seu capital a empresa lança as suas ações na bolsa de valores pela primeira vez. É a fase de captação de recursos da mesma para financiar seus projetos de investimentos, haja visto que todo o dinheiro arrecadado nesta operação é destinado à empresa emitente dos papéis, livre de custos. Em contrapartida, afirma-se que o mercado secundário ocorre quando as ações somente permutam entre as partes, ou seja, quando são negociadas pelos seus proprietários

com acionistas, onde os valores envolvidos dos papéis apenas “trocam de mãos” (KERR, 2011).

No geral, as ações podem ser avaliadas de acordo com duas técnicas distintas: a análise técnica e a análise fundamentalista. Dessa forma, a análise técnica ou análise gráfica é caracterizada por estabelecer padrões sobre os comportamentos futuros das ações baseadas nos padrões passados observados de seu desempenho. Logo, os gráficos são responsáveis por descrever as variações de curto prazo que ocorrem nas oscilações dos papéis e as tendências de preços das ações, possibilitando que se estabeleça melhores oportunidades para negociação envolvendo a compra e venda das ações, enquanto que o estudo da análise fundamentalista está voltado para analisar o desempenho econômico e financeiro das empresas, aliado a análises macroeconômicas e conjunturais sobre o setor de atuação das empresas emissoras das ações, ou seja, envolve analisar variáveis internas e externas das companhias que influenciam seu desempenho mais a longo prazo (ASSAF NETO, 2018).

Por fim, abordando o contexto econômico no momento da pesquisa ligado ao interesse dos indivíduos por investimentos no mercado de capitais, na reunião do dia 06 de agosto de 2020 do Copom, que é o Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (Bacen), a taxa Selic Meta, que é a taxa de juros básica da economia brasileira, atingiu o patamar de 2% ao ano, logo fazendo parte de um processo de reduções sucessivas que persiste desde 2016.

Dessa forma, a Selic atingindo o respectivo valor é fruto das consequências de um cenário em que o Brasil atravessou um momento de baixo crescimento econômico, principalmente no período entre 2014 a 2016, que foi marcado como um dos maiores anos de recessão econômica vivenciados no país, e que também impactaram diretamente o baixo crescimento econômico de anos posteriores. Lara e Black (2016) apresentam que a conjuntura econômica brasileira em 2015, por exemplo, foi marcada por uma profunda recessão que causou uma redução do PIB em 3,8%

Em 2020, especialmente, frente os resultados negativos da pandemia na economia brasileira, observou-se a diminuição do Produto Interno Bruto (PIB) em 9,7% no 2º trimestre de 2020 e do aumento do desemprego no país (IBGE, 2020). Logo, os cortes na taxa de juros da economia pelo Copom buscam estimular o consumo e a produção no país, haja visto que tomar dinheiro emprestado fica menos oneroso, pois os juros cobrados nestas operações ficam mais baratos (BACEN, 2019).

Assim, de acordo com o Bacen (2019), quando há alterações na Meta da Selic, a rentabilidade dos títulos indexados a ela também se altera. Conseqüentemente, as reduções na taxa de juros básica da economia tendem a influenciar investimentos no mercado de capitais, haja visto que aplicações mais tradicionais, como a caderneta de poupança, CDBs e até mesmo títulos da dívida pública federal têm suas rentabilidades reduzidas, logo, podendo gerar uma desestimulação nestes produtos financeiros e uma demanda maior por outras alternativas mais rentáveis no longo prazo, como, por exemplo, pelas ações.

### 2.2.1. MERCADO DE RENDA FIXA

Ao optar por realizar investimentos em ativos de renda fixa, o investidor adquire um título de dívida. No caso, trata-se de um contrato por meio do qual o indivíduo empresta dinheiro a instituição financeira carente de recursos, que, em troca, paga quantias fixas a intervalos regulares, que são o pagamento de juros até uma data previamente estabelecida, até o vencimento. Em suma, investindo neste mercado, os investidores conhecem de forma prévia os fluxos monetários que irão receber em uma data futura estipulada caso carreguem o título até o vencimento, ou seja, tomando ciência dos retornos que serão auferidos durante a aplicação de capital, tornando-se credor da instituição emissora dos papéis (PINHEIRO, 2016).

Sobre os riscos apresentados por estes títulos, Pinheiro (2016) aborda que os principais são:

- a) risco de crédito;
- b) risco de liquidez;
- c) risco de mercado;
- d) risco operacional.

Oliveira e Pinheiro (2018) conceituam que o risco de crédito está ligado a probabilidades de perdas em função de um emissor ou tomador de recursos não cumprir as suas obrigações contratadas e acordadas com o credor, logo gerando a inadimplência e o não recebimento do valor acordado em negociação; o risco de liquidez como sendo referente a possibilidade de perda de capital criada pela incapacidade de liquidar ou vender determinado ativo em tempo razoável sem que

ocorra a perda do seu valor e está ligado a rapidez em que um ativo pode ser convertido em moeda; o risco de mercado como sendo atrelado ao risco de perdas de capital originadas a partir de alterações nos valores dos ativos e passivos resultantes das oscilações dos preços e das taxas, principalmente a partir de ações do governo no plano econômico que interfiram nas oscilações das taxas de juros, de inflação, de câmbio ou no preços dos ativos e, por fim, o risco operacional sendo entendido como um conjunto de incidentes possíveis na cadeia de operações e manipulações necessárias para materializar o posicionamento no mercado, que podem ocasionar perdas de capital oriundas de erros, fraudes e da falta de segurança na guarda e transporte de ativos.

De forma a minimizar alguns riscos e proteger o investidor, alguns ativos de renda fixa contam com o Fundo Garantidor de Crédito (FGC), que é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída por instituições financeiras e associações de poupança e empréstimo participantes do Sistema Financeiro Nacional, cujo objetivo principal, segundo Assaf Neto (2018) consiste em oferecer maior garantia aos agentes de mercado com recursos depositados/ aplicados nas instituições citadas na eventualidade de sofrerem intervenção, ser decretada a liquidação extrajudicial ou a sua falência. Entre as aplicações que garantem a cobertura pelo FGC, destacam-se, por exemplo, a caderneta de poupança, depósitos à vista e a prazo, as letras hipotecárias e as letras de câmbio e imobiliárias.

O valor máximo garantido pelo FGC para cada depositante de uma instituição (ou contra todas em caso de conglomerado) é de R\$250.000,00 e o Fundo é sustentado a partir de contribuições mensais realizadas pelas instituições integrantes, viabilizadas a partir de uma cobrança sobre o montante dos saldos das contas enquadradas na garantia (ASSAF NETO, 2018).

Por fim, abordando as remunerações estabelecidas pelo mercado financeiro aos ativos de renda fixa, Assaf Neto (2018) pondera que existem 3: prefixadas, pós-fixadas e indexadas à inflação. A remuneração prefixada é a mais tradicional, haja visto que nela é estabelecida a taxa de juros “contratada” no aporte inicial, já revelando ao investidor o retorno que será auferido; a pós-fixada é aquela atrelada ao comportamento do mercado, pois expressa geralmente a remuneração como percentual da Taxa Selic ou do Certificado de Depósito Bancário (CDI); e a remuneração indexada à inflação é formada por uma taxa de juro real (descontada da inflação) já definida e acrescida da variação da inflação no período.

## 2.2.2. MERCADO DE RENDA VARIÁVEL

Segundo Pinheiro (2016, p.98), “[...] os ativos de renda variável são aqueles em que não há um conhecimento prévio dos rendimentos futuros e o valor de resgate pode assumir valores superiores, iguais ou inferiores ao valor aplicado”. De maneira complementar, o autor ainda destaca que os ativos de renda variável, principalmente as ações, apresentam maiores riscos e retornos do que os ativos de renda fixa, mediante justificativa que a rentabilidade dos papéis não são previamente definidas, ou seja, ficando à mercê dos resultados da atividade da empresa investida, o que além do contexto operacional próprio da companhia, também envolve variáveis externas, como fatores macroeconômico de seu setor e da economia mundial, por exemplo.

Martini (2013) ainda reforça que, em função destes fatores externos não poderem ser previstos, torna os investimentos de renda variável mais “arriscados”, ou seja, interessando principalmente os investidores mais propensos ao risco, haja visto que estes se comprometem a correr riscos maiores em troca de rentabilidades mais atraentes em seus investimentos.

## 2.3. PRODUTOS FINANCEIROS

### 2.3.1. Caderneta de poupança

De acordo com Martini (2013), a caderneta de poupança é considerada pelos agentes econômicos a aplicação mais simples e tradicional do mercado financeiro. Entre as suas características, destacam-se que a mesma é livre de impostos, não há limite para depósito inicial, tem risco praticamente nulo e possui liquidez imediata. No demais, também destaca-se que ela é garantida pelo Governo Federal e tem as suas regras de funcionamento estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

Em relação a sua remuneração, a Medida Provisória nº 567, de 3 de maio 2012 estabeleceu mudanças na Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, no tocante a alterar a remuneração dos depósitos de poupança, haja visto que até então a rentabilidade da “antiga poupança” era fixada em 0,5% ao mês + Taxa Referencial (TR).

Dessa forma, a partir de 04/05/2012 a caderneta de poupança passou a seguir novas regras de funcionamento, com seu retorno acompanhando o cenário da taxa

básica de juros. De forma geral, quando a Taxa Selic Meta for inferior a 8,5% ao ano, a poupança renderá 70% da respectiva taxa, mensalizada, vigente na data de início do período de rendimento, mais TR. Entretanto, quando a Selic Meta for superior a 8,5% ao ano, continua a regra de correção de TR + 0,5% ao mês (RAMBO, 2014).

No cenário econômico atual em que a Taxa Selic se encontra em 2% ao ano, a rentabilidade da caderneta de poupança é de, aproximadamente, 1,4% ao ano, abaixo da inflação, com ganhos reais negativos. Segundo dados do Banco Central, a taxa de inflação encerrou o ano de 2020 no valor acumulado de 4,52%, por exemplo, ou seja, com valor superior a remuneração da caderneta de poupança.

Apesar de todo o contexto apresentado acerca do atual cenário da caderneta de poupança, a mesma ainda permanece sendo o principal destino dos recursos poupados do brasileiro, como demonstrado no estudo da Anbima (2019), onde foi apresentado que o brasileiro preza pela facilidade/ comodidade (21%) e pela segurança/ confiança (21%) ao direcionar o seu dinheiro para a respectiva aplicação, mesmo com os seus ganhos cada vez mais reduzidos. Prova disso é que segundo consta no relatório de poupança do Banco Central, no ano de 2020 os brasileiros depositaram R\$166,310 bilhões líquidos na caderneta de poupança. O resultado é o maior valor líquido já registrado de toda série histórica do banco até então, iniciada em 1995.

### 2.3.2. Títulos públicos federais

Os títulos públicos são, em via de regra, títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, com o objetivo de executar a política fiscal do Governo, antecipando receitas orçamentárias ou financiando *déficits* fiscais. Atualmente, somente o governo federal capta recursos no mercado financeiro através da emissão de títulos públicos, com a finalidade de suprir as suas necessidades de recursos de custeio e investimento. No demais, os respectivos títulos constituem uma alternativa de investimento para o mercado e são registrados como dívida mobiliária (ASSAF NETO, 2018).

Em relação à maneira de como eles são negociados, Kerr (2011) destaca que os títulos públicos federais são vendidos por intermédio da oferta pública com e sem a realização de leilão e através das emissões destinadas a atender necessidades específicas em lei. A oferta pública sem a realização de leilão é o modo mais utilizado para a venda dos títulos públicos, onde os leilões acontecem uma vez por semana e

os principais participantes são os bancos, corretoras, distribuidoras e outras instituições cadastradas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). Nessa modalidade, o volume mínimo de negócios é de cinquenta títulos, e as ofertas são realizadas em múltiplos de cinquenta. Já sobre a oferta pública sem a realização de leilão, a mais conhecida é o Programa do Tesouro Direto, que é uma plataforma de venda de títulos públicos que foi instituída no dia 7 de janeiro de 2002, pelo Tesouro Nacional, com a finalidade de vender títulos públicos diretamente às pessoas físicas. Logo, reforçando o que foi apresentado sobre o Programa do Tesouro Direto, Alcoforado (2017) frisa 3 aspectos fundamentais:

- a) somente são vendidos títulos emitidos e precificados em moeda corrente nacional;
- b) os títulos são destinados exclusivamente às pessoas físicas;
- c) as vendas ocorrem somente via internet sem a realização de leilão, ou seja, a plataforma apresenta os preços de compra e venda dos títulos e o investidor tem a liberdade de escolher se irá realizar ou não o investimento.

Outro ponto interessante abordado por Alcoforado (2017) sobre a finalidade do Tesouro Direto é que além de somente ofertar títulos públicos para o investidor pessoa física, o Programa também assume o papel de incentivar a população a poupar melhor e ampliar suas fontes de recursos, logo, despertando o interesse nos indivíduos por investir de maneira mais assertiva.

Como apresentado na Plataforma do Tesouro Direto (2019), os títulos públicos são integralmente garantidos pelo Tesouro Nacional, logo os torna ativos de menor risco na economia, sob a justificativa de que o Governo Federal é o responsável por cumprir o seu pagamento. No tocante às suas demais vantagens como alternativa de investimento, destaca-se que os mesmos apresentam boa liquidez, são acessíveis, haja visto que a partir de R\$ 30 já pode-se investir no Tesouro Direto e também são uma alternativa de investimento considerada transparente, pois o próprio investidor pode definir a marcação do título a mercado (diariamente), com previsão para a venda do mesmo (PINHEIRO, 2016).

Quanto aos riscos e retornos dos títulos públicos, apesar de serem considerados a modalidade de investimento mais segura, existem três riscos ligados

ao Tesouro Direto: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (PINHEIRO, 2016). Sobre os retornos, eles podem ser prefixados (Tesouro Prefixado), atrelados à Taxa Selic Over (Tesouro Selic) e indexados à inflação (Tesouro IPCA+). Os Quadros 1 e 2 apresentam alguns títulos negociados no Tesouro Direto no mês de agosto de 2020.

Quadro 1: Títulos públicos prefixados

Títulos negociados	Rentabilidade anual	Investimento mínimo	Vencimento
Tesouro Prefixado 2023	4,15%	R\$ 36,39	01/01/2023
Tesouro Prefixado 2026	6,53%	R\$ 35,70	01/01/2016
Tesouro Prefixado 2031	7,12%	R\$ 36,57	01/01/2031

Fonte: Adaptado de Tesouro Direto, 2020.

Quadro 2: Títulos públicos pós fixados

Títulos negociados	Rentabilidade anual	Investimento mínimo	Vencimento
Tesouro Selic 2025	Selic + 0,0347%	R\$ 106,76	01/03/2025
Tesouro IPCA + 2026	IPCA + 2,45%	R\$ 57,40	15/08/2026
Tesouro IPCA + com juros semestrais 2030	IPCA + 3,02%	R\$ 41,52	15/08/2030
Tesouro IPCA + 2035	IPCA + 3,72%	R\$ 38,41	15/05/2035
Tesouro IPCA + com juros semestrais 2040	IPCA + 3,73%	R\$ 43,59	15/08/2040
Tesouro IPCA + 2045	IPCA + 3,72%	R\$ 40,45	15/05/2045
Tesouro IPCA + com juros semestrais 2055	IPCA + 3,98%	R\$ 46,12	15/05/2055

Fonte: Adaptado de Tesouro Direto, 2020.



Conforme apresentado na Plataforma do Tesouro Direto, o Tesouro Selic é ofertado num único título, é acessível a todos os públicos, possui rentabilidade atrelada a taxa de juros básica da economia, apresenta menor risco de perda de capital caso aconteça o seu resgate antecipado e é indicado para objetivos de curto prazo, como para reserva de emergência; o Tesouro Prefixado possui como principal característica possuir taxas de juros fixas que são acordadas no momento de compra do título, dessa forma permite ao investidor saber com exatidão qual montante receberá ao final da aplicação, caso carregue o título até o seu vencimento e é indicado para atingir objetivos de médio e longo prazo, enquanto que o Tesouro IPCA tem sua rentabilidade indexada à inflação, ou seja, formada por uma taxa de juros fixa acordada no momento de compra do título + IPCA, logo permite a manutenção do poder de compra do investidor por apresentar rentabilidades reais positivas (acima da inflação) e é recomendado para atingir objetivos de longo prazo dos investidores.

Em relação às taxas cobradas, há duas existentes: a taxa cobrada pela B3 e a taxa cobrada pela Instituição Financeira. A taxa de custódia é referente a 0,25% sobre o valor dos títulos, justificada pela guarda dos papéis e às informações e movimentações dos saldos. Destaca-se também que a mesma é cobrada proporcionalmente ao período de tempo em que o investidor mantiver o título, até o limite de R\$5.000.000,00. Já a taxa cobrada pela Instituição Financeira pode ser anual ou por operação, além de que ela é livremente acordada com o investidor (TESOURO DIRETO, 2020). Ademais, no dia 01/08/2020 a Secretaria de Tesouro Nacional informou que, a partir da respectiva data, a taxa de custódia cobrada pela B3 nos investimentos do Tesouro Direto não incidirá sobre os valores aplicados no título Tesouro Selic até o montante de R\$10.000,00.

Por fim, os impostos incidentes são o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e o Imposto de Renda (IR). Alcoforado (2017) destaca que o IOF incide sobre as aplicações que são resgatadas antes do prazo de 30 dias, ou seja, por um período inferior a 1 mês. Já o IR obedece a uma tabela regressiva, variando de 22,5% (resgate até 180 dias) a 15% (resgate acima de 721 dias).

### 2.3.3. Previdência privada

A previdência privada é, em termos gerais, uma alternativa de aposentadoria complementar à previdência social e é classificada como um seguro de renda, oferecendo diversos benefícios, lastreados entre os seus participantes. A principal finalidade do indivíduo aderir ao plano de previdência privada é manter o seu padrão de vida, haja visto que a previdência social (de caráter público e obrigatório) é geralmente utilizada visando garantir a subsistência das pessoas, muito em função das limitações impostas nos benefícios prometidos (ASSAF NETO, 2018).

Em relação às instituições de previdência privada, as mesmas podem ser divididas entre abertas e fechadas. As sociedades de previdência privada fechada, ou fundos de pensão, são formadas dentro das empresas, logo todos os seus planos de benefícios são custeados pelo empregador e funcionários. Já as sociedades de previdência privada aberta apresentam um caráter mais individual, haja visto que é oferecida a todas as pessoas que desejarem aderir os seus planos e benefícios (ASSAF NETO, 2018).

Especificamente abordando as sociedades de previdência privada aberta, Campani e Costa (2018) tratam que este mercado se encontra num estado robusto e consolidado dentro do país, sob a justificativa que este captou, por exemplo, R\$96 bilhões no ano de 2015. Em relação aos principais planos de previdência privada, os autores enfatizam que os mais importantes são o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), representando, aproximadamente, 80% do mercado, respondendo por mais de 90% das novas captações de recursos.

Camparini e Costa (2018) trazem que a previdência privada, conceitualmente, é entendida como uma aplicação financeira mais conservadora, voltada preferencialmente para a aposentadoria das pessoas. Quanto ao seu funcionamento, o plano se comporta como um fundo de investimento comum, ou seja, aplicando os recursos recebidos no mercado financeiro e creditando todos os rendimentos auferidos para os investidores. Tratando dos principais planos, no geral, segundo os autores, o PGBL é uma das principais formas de investimento em previdência privada no Brasil, possui o benefício da desoneração fiscal e é recomendado para o contribuinte que faz declaração de Imposto de Renda completa, enquanto que o VGBL, diferentemente do PGBL, é destinado para os as pessoas que optam pela declaração simplificada do Imposto de Renda, optando-se pelo desconto padrão de 20%.

Dessa forma, a principal diferença entre os dois está no tratamento tributário, haja visto que as contribuições periódicas do PGBL podem ser deduzidas do cálculo do imposto de renda até o limite de 12% da renda bruta do investidor, além do fato de que os rendimentos gerados pelo respectivo plano somente são tributados no momento de seu saque, enquanto que no VGBL o imposto de renda incide apenas sobre os rendimentos acumulados. O Quadro 3 ilustra as demais diferenças entre os planos do PGBL e o VGBL.

Quadro 3: Diferenças entre VGBL e PGBL

<b>VGBL</b>	<b>PGBL</b>
IR cobrado sobre o rendimento	IR cobrado sobre todo o valor investido
Não possui benefício fiscal	Pode abater até 12% de IR na renda anual
Indicado para declaração de IR anual simplificada	Indicada para declaração de IR anual completa
Tributação: Regressiva e Progressiva	Tributação: Regressiva e Progressiva

Fonte: ANBIMA, 2020.

#### 2.3.4. Certificado de depósito bancário (CDB)

O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é um título de renda fixa coberto pelo FGC e emitido pelos Bancos Comerciais/Múltiplos, Bancos de Investimento e Caixas Econômicas, com a finalidade de captarem recursos para financiar o seu capital de giro, ou seja, consiste em uma operação em que o cliente concede um empréstimo ao banco, que o remunera com juros sobre a aplicação de capital. Também destaca-se que a emissão desse título é feita em função do volume de crédito demandado pela instituição financeira, e as rentabilidades acordadas irão variar em função dessa demanda de capital. (ASSAF NETO, 2018)

No tocante às suas rentabilidades, o CDB pode ser prefixado, quando a taxa de juros do título é acordada no momento da aplicação, ou pós-fixado, quando geralmente são atrelados a índices de preços do mercado, tais como o IPCA, CDI e o IGP-M, por exemplo (KERR, 2011).

Em relação aos impostos que incidem sobre a respectiva aplicação, destacam-se o imposto sobre aplicações financeiras (IOF) e o imposto de renda (IR). Nas

aplicações com CDB, o IOF somente incide quando o resgate da operação for inferior a 30 dias, enquanto que a alíquota progressiva de IR depende do prazo da aplicação, ou seja, variando entre o período de até 180 dias (22,5%) até prazo acima de 721 dias (15%).

### 2.3.5. Letra de crédito imobiliária (LCI) e Letra de crédito do agronegócio (LCA)

A Letra de Crédito Imobiliária (LCI) é um dos investimentos de renda fixa mais procurados pelo investidor pessoa física no mercado financeiro, principalmente devido ao fato dessa modalidade ser isenta de Imposto de Renda ao investidor pessoa física e conter a garantia do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), até o limite estabelecido pelo Fundo para recursos numa mesma instituição. Quanto a sua essência, a LCI representa uma importante fonte de financiamento para o setor de imóveis do país, uma vez que o respectivo título possui como lastro créditos originários de negócios do setor imobiliário. No demais, a LCI pode apresentar remunerações tanto prefixadas ou pós-fixadas e são emitidas por instituições financeiras públicas e privadas, além de sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimo e companhias hipotecárias (B3, 2021).

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é um título de renda fixa que foi criado a partir da Lei nº 11.046, de 30 de dezembro de 2004 e de maneira semelhante a LCI, é um investimento de renda fixa que também é isento de Imposto de Renda ao investidor pessoa física, podem ser tanto prefixadas quanto pós-fixadas, possui garantia do FGC e são emitidas por instituição financeira pública ou privada. Entretanto, a LCA é emitida com a finalidade de captar recursos para os participantes da cadeia do agronegócio. Dessa forma, o título possui como lastro direitos creditórios vinculados a produtores rurais, suas cooperativas e terceiros, inclusive empréstimos e financiamentos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados nesse setor, logo o investidor investindo neste papel contribui para o financiamento e para o desenvolvimento do mercado de agronegócio do país (B3, 2021).

### 2.3.6. Derivativos

De acordo com Santos e Silva (2015, p.10), “[...] derivativos são instrumentos financeiros cujo preço depende das características de outros ativos ou instrumentos financeiros”. Em outras palavras, pode ser entendido como um contrato firmado entre duas ou mais partes, cujo valor é determinado pelas flutuações de preço do ativo-objeto. Complementando, Figueiredo (2013) ressalta que os derivativos foram criados com o intuito dos agentes econômicos poderem se proteger contra os riscos de oscilações de preços. A referida “proteção” é proveniente da ideia de obter ganhos financeiros nas operações com derivativos, de forma a compensar as perdas das operações da empresa provenientes das oscilações dos preços dos ativos negociados.

Em relação às suas classificações, os mesmos podem ser financeiros e não financeiros. Os derivativos não financeiros estão ligados às commodities, como o café, milho, soja entre outros. Já os derivativos financeiros estão diretamente relacionados com taxas de juros, moedas e índices da bolsa (FIGUEIREDO, 2013).

Quanto aos três principais tipos de derivativos, os mesmos são definidos como: termos e futuros, opções e swaps.

Segundo Kerr (2011), o mercado futuro pode ser compreendido como uma evolução do mercado a termo. Em linhas gerais, ambos consistem num compromisso formalizado de compra ou venda de determinado ativo numa data futura determinada, onde já é estabelecido/fixado o preço objeto da negociação. Em relação às suas principais diferenças, Assaf Neto (2018) discorre que os contratos futuros são ajustados à mercado, a partir dos depósitos em garantia; são padronizados e negociados na bolsa de valores, em termos de quantidades a serem negociadas, o lote padrão, a data de vencimento e a forma de cotação; e a liquidação do contrato no mercado futuro pode ocorrer antes do vencimento, ou seja, o que lhe proporciona maior mercado secundário.

No mercado de opções são negociados direitos de comprar ou de vender um bem por um preço fixado numa data futura, resumidamente. A opção de compra (call) representa o direito, mas não a obrigação, do titular comprar um ativo em determinada data por um preço de exercício ao lançador da opção, que em troca recebe o prêmio pago pelo titular. Em contrapartida, a opção de venda (put) representa o inverso da opção de compra, haja visto que representa o direito do titular, mas não a obrigação, vender um ativo em determinada data futura por um preço certo. Assim como ocorre

na opção de compra, o titular paga ao lançador o prêmio atribuído na data de aquisição da opção que lhe garante o direito (FIGUEIREDO, 2013).

Por fim, o *swap* é um contrato de balcão estabelecido entre duas empresas, com a finalidade das partes trocarem fluxos de caixa. No contrato é estabelecido as datas de quando os fluxos de caixa devem ser pagos e o modo como serão calculados. Em relação aos seus tipos, os contratos de *swaps* mais comuns são o de taxa de juros e o de moedas, taxas de câmbio ou de outra variável do mercado (HULL, 2015).

### 2.3.7. Fundos de investimentos

Os Fundos de investimentos, segundo a ótica de Pinheiro e Machado (2013) são Fundos constituídos na forma de condomínios abertos ou fechados, que no caso dão a oportunidade a seus cotistas de investirem em um conjunto de títulos de renda fixa e/ou variável, a partir da compra e venda de suas cotas. Assaf Neto (2018) completa que os Fundos por se apresentarem como forma coletiva de aplicações de recursos, acabam trazendo interessantes vantagens de diversificação e retorno para o pequeno investidor com baixo volume individual de capital disponível para aplicação. Outro ponto interessante e vantajoso é que pelo fato de o conglomerado de recursos ser gerido por um administrador qualificado eleito pelos cotistas, diminui a necessidade dos participantes dominarem técnicas avançadas de análises de investimentos e de manterem elevado conhecimento sobre informações do mercado de capitais.

Sob o aspecto jurídico dos Fundos, os mesmos podem ser classificados entre abertos e fechados. Os Fundos abertos emitem ilimitadas cotas, aceitam investidores em geral e não há um limite de capital para ingresso. A partir da maior captação de recursos, o Fundo compra novos ativos para compor a carteira de investimentos e pagar os investidores que estejam resgatando as suas cotas. Já em relação aos Fundos fechados (que no Brasil só é permitido para títulos de renda variável), estes negociam somente um número limitado de cotas, ou seja, quando atinge-se o limite, o Fundo é fechado para novas aplicações, além de que as cotas não podem ser resgatadas antes do seu vencimento (PINHEIRO, 2013).

A administração de um Fundo de investimento pode adotar duas estratégias distintas de gestão: a ativa e a passiva. A primeira envolve realizar negociações de compra e venda de ativos com o objetivo de obter um retorno acima de um índice

fixado com referência para a gestão da carteira., ou seja, adota um comportamento mais agressivo, buscando superar os retornos do mercado. Já a gestão passiva tem como principal fundamento investir em ativos objetivando reproduzir a carteira do índice previamente definido (ASSAF NETO, 2018).

Em relação ao seu funcionamento e a sua rentabilidade, Pinheiro e Machado (2013) discorrem que a administração de um Fundo de investimento é feita por Administradores especialistas do mercado e a sua respectiva rentabilidade varia de acordo com a gestão e com a política de cada Fundo, que podem assumir caráter conservador, moderado e arrojado. Diante deste contexto, a figura do Gestor do Fundo ganha destacada importância, haja visto que o mesmo possui a função de escolher os melhores ativos que irão compor a carteira sobre a ótica da relação risco e retorno, adequar a estrutura da carteira e tomar as decisões de compra e venda no mercado (ASSAF NETO, 2018).

Entre as taxas cobradas, as mais conhecidas são a taxa de administração e a taxa de performance. A taxa de administração é cobrada sobre % do patrimônio do Fundo, de forma anual, referente a remunerar a prestação de serviço do administrador, do gestor e demais instituições participantes da atividade operacional do Fundo. Já a taxa de performance é cobrada semestralmente do cotista caso a rentabilidade do Fundo superar o seu indicador de referência, ou seja, visa remunerar e valorizar a boa gestão e os bons resultados (ASSAF NETO, 2018).

#### 2.3.8. Fundos de investimento imobiliários

Os fundos de investimentos imobiliários são uma modalidade de investimento em imóveis, títulos relacionados ao financiamento destes ou títulos de empresas associadas à atividade de construção ou exploração imobiliária, tomando forma de condomínios representados por cotas de fundos mobiliários (FIORINI, 2012). Complementando o que foi apresentado, os fundos imobiliários podem direcionar os seus recursos captados para investir em investimentos coletivos de renda variável em Imóveis na forma de condomínio comum, condomínios de unidades autônomas e em empresas de propósito específico e de participações (MIZUNO et al., 2011). Em relação aos seus regimentos, a CVM estabelece que os fundos imobiliários pertencem ao grupo de fundos que possuem regras específicas, denominado “fundo

de investimento estruturados”, que no caso devem cumprir com as Instruções CVM 356, 398, 444, 472, 578, 579, por exemplo.

No que tange à estrutura dos fundos, Fiorini (2012) afirma que estes são fechados, ou seja, não permitem que haja o resgate antecipado das cotas, logo, devendo o investidor aguardar o vencimento do seu investimento ou vender sua participação no mercado secundário. Em relação aos seus rendimentos, os ganhos dos fundos imobiliários estão diretamente relacionados com a receita de locação dos imóveis ou provenientes das valorizações dos imóveis em suas alienações. Vale ressaltar que entre as locações, as mais comuns são as de salas comerciais e escritórios, prédios comerciais e *shopping centers* (ASSAF NETO, 2018).

Abordando os fundos imobiliários como alternativa de investimento, a B3 (2019) estabelece que tal modalidade proporciona algumas vantagens aos investidores, tais como:

- a) permitir ao indivíduo investir em ativos relacionados do mercado mobiliário sem, de fato, precisar adquirir um imóvel;
- b) permite diversificação em diferentes tipos de ativos do mercado mobiliário;
- c) pagamento periódico de dividendos;
- d) é uma modalidade de investimento em que o investidor pessoa física está isenta de imposto de renda.

Por fim, analisando o aumento da diversificação dos fundos imobiliários e a sua ascensão com o decorrer dos anos no Brasil, havia somente 72 fundos imobiliários registrados na CVM, que de maneira conjunta totalizavam um patrimônio líquido de R\$ 3,48 bilhões até 31 de maio de 2008 (MIZUNO et al., 2012). Já em 2019, segundo consta nos dados da B3, são listados na CVM 478 fundos imobiliários, e que até a data de 31 de outubro acumulam um patrimônio líquido em valor de mercado de R\$121,27 bilhões. Logo, todo o contexto apresentado contribui para atrair cada vez mais investidores, que no caso vem crescendo de maneira exponencial. Segundo consta na B3 (2019), entre os meses de setembro e outubro de 2019, houve uma variação positiva de 10,19% no número de investidores, totalizando um numerário de 517.994.



## 2.4. HISTÓRICO ACIONÁRIO BRASILEIRO

Abordando de forma específica a evolução do mercado de capitais brasileiro, Macarini (2008) relata que o mercado de capitais dentro do âmbito nacional somente se tornou mais organizado em 1964, em função da criação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que trouxe como um de seus resultados a reforma no mercado de capitais nacional. A respectiva reforma buscou modernizar as Bolsas, extinguindo o monopólio dos corretores públicos e criando um sistema de distribuição de valores mobiliários, composto de corretoras e distribuidoras e dos bancos de investimento.

No ano de 1971, os grandes efeitos da regulação do mercado de capitais dentro do país atingiram números impressionantes para a época, em função da estimulação de injeção de recursos na Bolsa com origem nos fundos de investimentos. Os valores patrimoniais dos principais fundos mútuos cresceram de forma significantes, atingindo os respectivos valores: 60 milhões de cruzeiros em 1967; 135 milhões em 1968; 556 milhões em 1969; 1.048 milhões em 1970 e 3.167 milhões em 1971 (MACARINI, 2008). Contudo, destaca-se que o extrapolado número de negócios realizados na Bolsa durante o período citado gerou, como consequência, a criação de uma bolha especulativa, logo, consignando um desaquecimento no mercado acionário brasileiro que persistiu nos anos 80.

Diante do contexto da tentativa de recuperar o mercado acionário da estagnação do “boom de 1971”, em 1976, foi introduzida a Lei nº 6404/76, com o objetivo de normatizar os princípios contábeis e modernizar as regras que regiam as sociedades anônimas. Entretanto, a partir do Decreto 1598, de 26 de dezembro de 1977, a lei atinge a todas as empresas, tornando o Brasil um cenário propenso a ser mais globalizado, sendo mais prático e menos teórico, principalmente no que tange aos regramentos contábeis colocados em vigência (SILVA; ASSIS, 2015).

Em relação ao contexto do mercado de capitais na década de 90, o trabalho de Carvalho (2000) disserta que o mercado acionário aparentemente passou por uma fase de desenvolvimento, principalmente em função de mudanças no quadro macroeconômico e regulatório no início da década, caracterizado por um cenário de estabilização da economia e de abertura comercial. Como também defendido pelo mesmo autor, os resultados no início da década foram positivos, atraindo um maior número de investidores internacionais, por exemplo. Seguindo a mesma ótica,

Pinheiro (2016) complementa que os resultados apresentados foram designados de medidas do Plano Collor, que marcou a aceleração do movimento de abertura de capital da economia brasileira.

Entretanto, Carvalho (2000) analisa que já no final dos anos 90 o mercado acionário passava por um declínio acentuado, principalmente em função da instituição e posterior aumento da CPMF e a elevada taxa de juros até então vigente dentro do mercado, que no caso tornavam os investimentos em renda fixa mais atrativos aos de renda variável. Logo, o crescimento apresentado no início do período anteriormente citado não era sustentável, haja visto que o número de empresas que abriram o seu capital havia se reduzido desde o início da década.

Os trabalhos de Albergoni e Kuster (2010) e Graciosa (2007) analisaram o comportamento e a evolução do mercado de capitais no início dos anos 2000, dando ênfase para o período de 2004 a 2007, haja visto que 106 empresas abriram o seu capital durante tal intervalo de tempo. Albergoni e Kuster (2010) destacam que o bom desempenho acionário brasileiro foi percebido em diferentes dados, como, por exemplo, o crescimento significativo no número de negócios realizados, o desempenho do Índice Bovespa e o nível de capitalização das empresas. Segundo o ponto de vista dos autores, em função do desempenho até então apresentado, houve um grande fluxo de capital estrangeiro para as bolsas brasileiras na negociação direta de ações na Bovespa e em aquisições realizadas nas ofertas públicas de ações. De acordo com Graciosa (2007), tais reflexos observados anteriormente atrelados à evolução do mercado acionário até o ano de 2007 foram consequências de um cenário nacional marcado pela perspectiva de estabilidade econômica no longo prazo, maior expansão da economia e uma menor taxa de juros.

Abordando o desempenho operacional da bolsa de valores brasileira (B3) no ano de 2018, destaca-se que no referido ano as receitas totais da B3 atingiram o montante de R\$ 5.351,9 bilhões, um aumento na captação de recursos em 20,6% em relação ao ano de 2017 e com crescimento em todos os seus segmentos de negócios. Segundo consta em seu Relatório da Administração, foi observado recorde de volumes nos mercados de ações e de derivativos, dando sinais que o mercado de capitais brasileiro vem passando por um processo de desenvolvimento frente a um ambiente de taxa de juros mais baixas.

Em relação ao desempenho do Índice Bovespa à frente de um intervalo temporal maior (1994 a 2019), seu progresso, principalmente a partir de 2016, e sua oscilação com o decorrer dos anos pode ser observado na Figura a seguir:

Figura 1: Variação Anual Nominal do Ibovespa entre 1994 a 2019



Fonte: Ibovespa, 2019.

Abordando especificamente o período de declínio do desempenho do Ibovespa ao longo destes 25 anos, um dos mais acentuado ocorreu entre 2007 a 2009. Segundo Busnardo (2012), o respectivo fenômeno foi reflexo da crise do *subprime*, que foi a crise imobiliária que se iniciou nos Estados Unidos e se alastrou por todo o mundo. Segundo o respectivo autor, 2007 foi o ano em que o declínio da atividade econômica começou a se estender, resultando na queda da atividade econômica do Brasil e dos Estados Unidos em 2009, o que afetou diretamente o desempenho do mercado de ações do mundo todo, inclusive o brasileiro.

Por fim, vale destacar também a crise econômica e política vivenciada no Brasil entre o período de 2014 a 2016, sendo considerado um dos maiores momentos de recessão econômica do país. Lara e Black (2016) dissertam que a conjuntura econômica brasileira em 2015 foi marcada por uma profunda recessão que causou uma redução do PIB em 3,8%, logo impactando negativamente e deteriorando importantes indicadores econômicos na época, como níveis de emprego, consumo, de investimento e de produção industrial. Logo, a crise observada foi oriunda de 2 períodos bastante específicos. O primeiro foi marcado por um conjunto de políticas

que não se mostraram satisfatórias e aptas para acompanhar o crescimento econômico que a economia brasileira vivenciava até 2011, enquanto que o segundo período foi referente a existência de um conjunto de choques negativos que começaram a impactar a economia brasileira a partir de 2014, tais como, por exemplo, a depreciação da taxa de câmbio, desinvestimentos na Petrobrás e realinhamento de preços monitorados, movimento este que elevou a inflação por certo tempo e ocasionou o aumento na taxa de juros da economia (PIRES, 2016).

### **3. METODOLOGIA**

Inicialmente, para servir como suporte para o embasamento teórico a respeito dos principais assuntos e temas que envolvem o trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Assim sendo, a pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias trata-se de um levantamento de referências já publicadas e caracteriza-se por abranger toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 166). Logo, sua importância está voltada a permitir ao pesquisador acesso a literatura já existente sobre o tema pesquisado, que para tal foram utilizadas revistas, artigos científicos e livros para proporcionar um maior entendimento principalmente a respeito de investimentos financeiros e também sobre os diferentes perfis de investidores e suas respectivas peculiaridades.

Posteriormente, com o objetivo de coletar os dados dos estudantes envolvendo diversas variáveis, como sexo, renda, idade, período acadêmico que se encontram, hábito de poupar recursos, investimentos que possuem, nível de conhecimento sobre investimentos e etc. para serem tratados e desenvolver o trabalho em cima do perfil de investidor dos entrevistados, foi realizada uma pesquisa de campo a partir da aplicação de questionários aos alunos, uma vez que para Gil (2008), a pesquisa de campo é responsável por extrair dados e informações diretamente da realidade de estudo.

Dessa forma, os questionários foram elaborados utilizando como referência questionários disponibilizados pelo Banco Paulista S.A para identificar os perfis de investidores de seus clientes e a Pesquisa Survey realizada por Cadore (2007). Por conseguinte, foram feitas as adaptações necessárias para a elaboração e construção das perguntas, de forma a atingir os objetivos propostos pelo trabalho.

Contudo, devido ao período pandêmico da realização da pesquisa, a aplicação dos questionários ocorreu de maneira online/ remota aos alunos. Logo, os questionários foram criados no Google Forms, aplicativo de gerenciamento de pesquisa do Google, apresentando, em sua essência, perguntas fechadas e de múltipla escolha, contendo no total 15 questões e sendo dividido em 3 tópicos: identificação dos respondentes, finanças pessoais e perfil de investidores. Também vale destacar que os questionários foram enviados aos, aproximadamente, 170 estudantes matriculados no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora – *Campus* Avançado Governador Valadares – MG e obteve-se o total de 81 respostas.

A amostragem da pesquisa é considerada não probabilística, uma vez que embasado em Fávero e Belfiore (2017), nos métodos de amostragem não probabilística as amostras são obtidas de forma não aleatória, logo a probabilidade de alguns ou de todos os elementos da população fazerem parte da amostra é desconhecida. Dessa forma, os elementos da amostra foram selecionados por questões de conveniência, uma vez que o trabalho se delimitou a somente estudar o perfil de investidor dos estudantes de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora – *Campus* Avançado Governador Valadares – MG, logo não se realizou uma seleção amostral justamente por ter um público já definido para a realização da pesquisa.

Abordando os tópicos do questionário, no primeiro tópico se encontram as perguntas de 1 a 4, que correspondem a identificação dos respondentes, tendo como objetivo identificar o sexo dos alunos, idade, período acadêmico que se encontram e se os indivíduos já cursaram disciplinas sobre mercado de capitais ou outra(s) da área de finanças ao longo da graduação.

No segundo tópico se encontram as perguntas 5 e 6 e têm como objetivo abordar aspectos voltados às finanças pessoais dos discentes, focadas em identificar a faixa de renda individual que os alunos se encontram e se estes possuem ou não o hábito e o costume de poupar seus recursos financeiros.

Já no terceiro e último tópico se encontram as perguntas 7 a 15, referentes a compreensão do perfil de investidor dos estudantes, objetivando investigar questões voltadas a analisar o conhecimento dos discentes sobre investimentos, identificar os produtos financeiros que eles atualmente aplicam o seu dinheiro e quais eles investiriam caso tivessem R\$1.000.000,00, quais são as principais fontes de

informação que são utilizadas ao tomarem suas decisões de investimentos e quais são os objetivos que eles desejam atingir ao investirem, por exemplo.

Quanto aos métodos da pesquisa, a mesma no presente trabalho é caracterizada como sendo tanto quantitativa como qualitativa, pois como aborda Richardson (1999), a pesquisa de cunho quantitativa apresenta como propósito buscar a compreensão detalhada sobre as características situacionais apresentados pelos entrevistados a partir da obtenção de respostas objetivas, uma vez que os dados obtidos dos respondentes foram submetidos a análises padronizadas que possibilitem atribuir à toda uma população os resultados observados na amostra da pesquisa, e também pelo fato de que neste tipo de pesquisa são utilizados artifícios quantitativos para a coleta de dados, que se deu através da aplicação de questionários com questões fechadas e de múltipla escolha aos discentes de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora – *Campus* Governador Valadares - MG (MARCONI; LAKATOS, 2010).

De maneira complementar, a pesquisa também apresenta caráter qualitativa pois segundo Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa qualitativa permite a análise e interpretação quando se procura desvendar os significados dos dados. Richardson (1999) também defende que a pesquisa qualitativa busca a compreensão minuciosa dos significados e características situacionais apresentados pelos entrevistados, ou seja, objetiva compreender fenômenos comportamentais a partir do desenvolvimento interpretativo dos dados obtidos. Dessa forma, no presente trabalho a pesquisa qualitativa foi realizada e levantada buscando compreender diferentes comportamentos e tomadas de decisões envolvendo os estudantes frente a diferentes questões, como socioeconômicas, sobre finanças pessoais e também sobre tomadas de decisão em seus investimentos.

Quanto aos seus objetivos, a pesquisa é definida como descritiva, pois baseado em Gil (2008), pesquisas desse tipo possuem como principal objetivo a descrição de características de uma dada população e o estabelecimento de relações com suas variáveis, tendo como característica a utilização de técnicas padronizadas para coletas de dados.

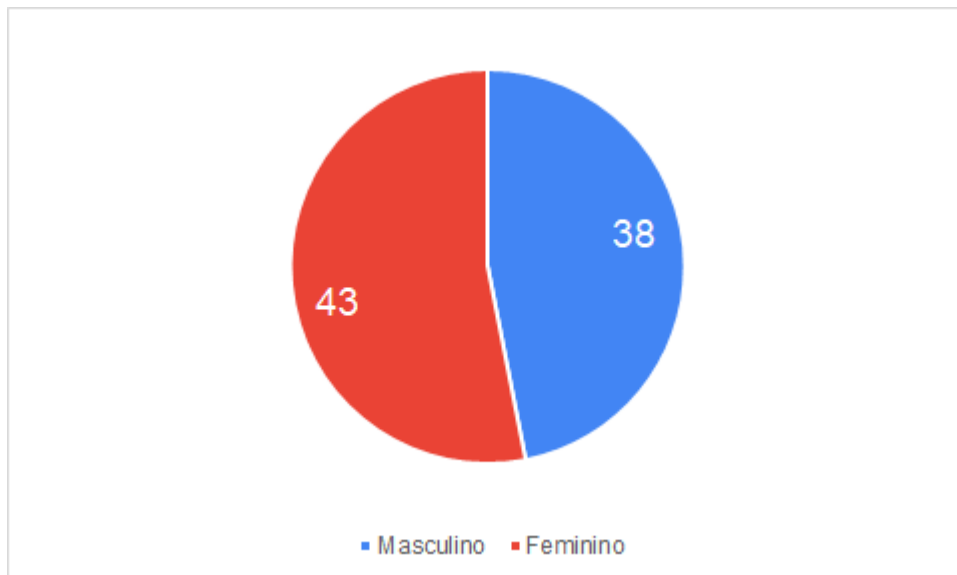
Por fim, a análise e interpretação dos dados obtidos nos questionários se deu a partir da utilização de técnicas de estatística descritiva para transcrever os dados em planilhas eletrônicas, uma vez que o objetivo da estatística descritiva consiste em resumir uma série de valores que pertencem a uma mesma natureza, permitindo ao

pesquisador obter uma visão global sobre as variações que acontecem com estes valores, logo sendo permitido organizar os dados dos estudantes para identificar o seu perfil como investidor a partir da utilização de tabulação eletrônica e criação de gráficos. No demais, os referidos dados são classificados como primários, haja visto que foram coletados pelo pesquisador especialmente para realizar a pesquisa em questão.

## 4. ANÁLISE DE RESULTADOS

### 4.1. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONDENTES

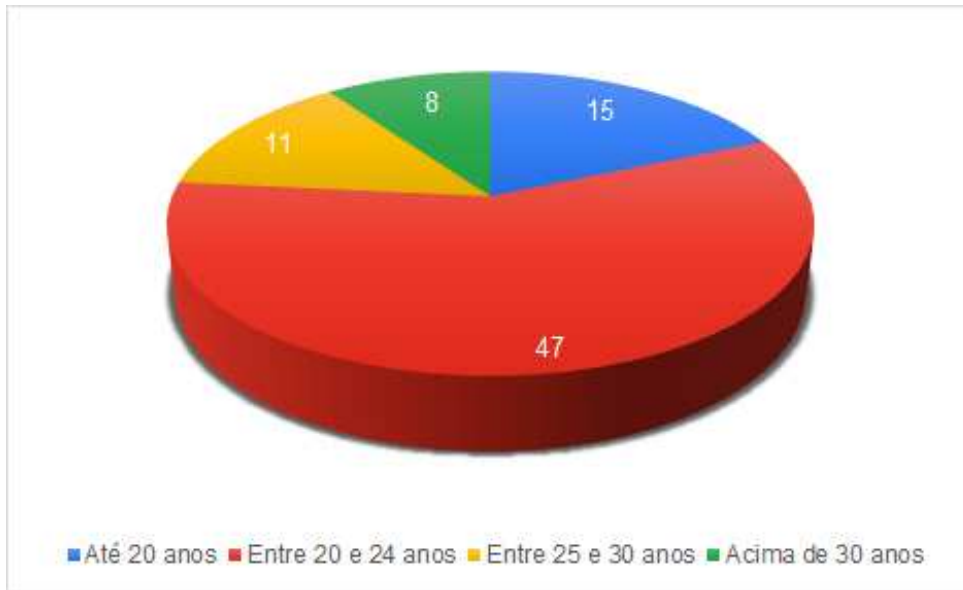
Gráfico 1: Sexo dos respondentes



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A primeira pergunta do questionário refere-se ao sexo dos respondentes, que define-se entre masculino e feminino. Do total de 81 respondentes, tem-se a divisão dos entrevistados identificados no Gráfico 1. Portanto, de acordo com os dados obtidos, pode-se notar que entre os respondentes, 53,1% (43) são do sexo feminino e 46,9% (38) são do sexo masculino, logo, demonstrando a predominância numérica das mulheres na participação da pesquisa.

Gráfico 2: Distribuição por faixa etária



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

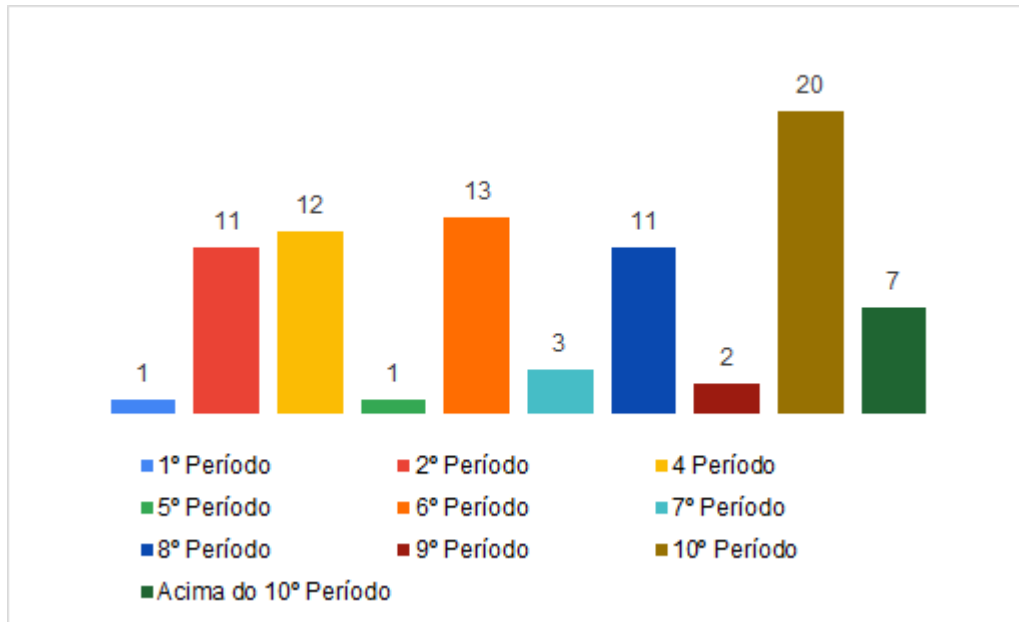
A segunda pergunta do questionário refere-se à distribuição por faixa etária que se encontram os respondentes, que foi dividida em estudantes com até 20 anos, entre 20 e 24 anos, entre 25 e 30 anos e os acima dos 30 anos. Do total de respondentes, tem-se a divisão dos entrevistados identificados no Gráfico 2.

Dessa forma, destaca-se a predominância dos alunos com faixa etária entre 20 e 24 anos, que representam 58% da amostra. Em seguida, respectivamente, se encontram os estudantes com até 20 anos (18,5%); entre 25 e 30 anos (13,6%) e, por último, acima de 30 anos (9,9%).

Observa-se que pelo fato de o presente trabalho ter sido realizado com público alvo de universitários, é natural que exista maior concentração de idade entre os alunos com idade até 24 anos. Tal fato pode ser justificado a partir de uma pesquisa divulgada em 2020 feita pelo Instituto Semesp - Excelência a Serviço do Ensino Superior, entidade que representa mantenedoras de ensino superior de todo o Brasil, onde foi apontado que os estudantes das instituições de ensino brasileiras em sua maior parte possuem idade entre 19 e 24 anos, haja visto que mais da metade das matrículas (59,2% das feitas em instituições públicas e 53,7% das feitas em instituições privadas) são de alunos que se encontram na faixa de idade anteriormente citada.



Gráfico 3: Período acadêmico dos discentes

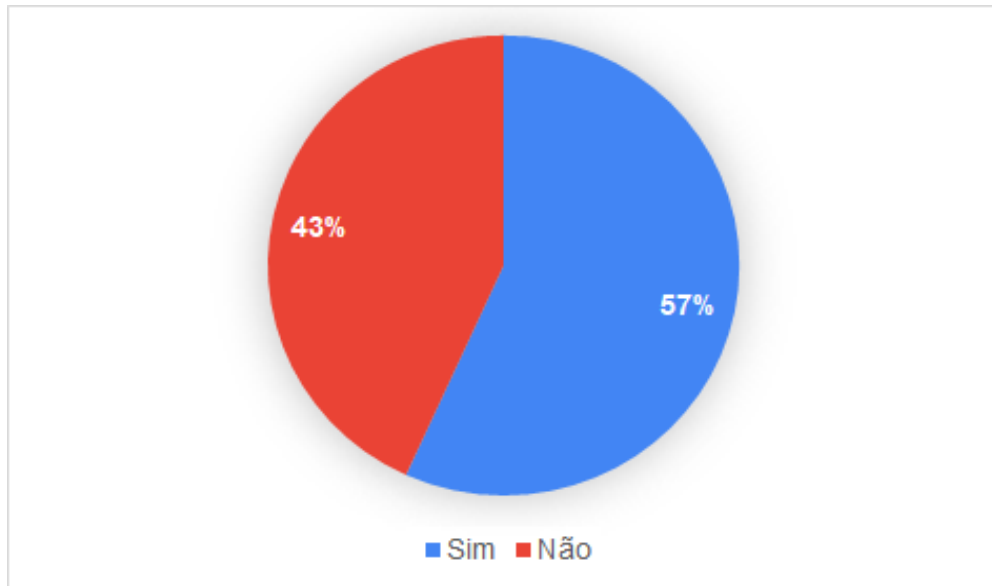


Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A terceira pergunta do questionário refere-se a identificar os períodos acadêmicos dos discentes no momento da realização da pesquisa, que contou com a colaboração dos alunos dos seguintes períodos: 1º, 2º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º e os acima do 10º período. Do total de respondentes, tem-se a divisão dos entrevistados identificados no Gráfico 3.

A partir da análise do Gráfico 3, observa-se que os alunos que mais responderam os questionários foram do 10º período com 20 respostas, ou seja, representando, aproximadamente, 24,70% da amostra e em seguida vieram os alunos do 6º período (16,05%); 4º período (14,81%); 2º e 8º períodos (13,58%); acima do 10º período (8,64%); 7º período (3,70%); 9º período (2,47%) e 1º e 5º períodos (1,23%). Logo, dado os resultados apresentados entre os respondentes, 40 se encontram no 8º período para cima, o que significa que praticamente metade dos discentes (49,38%) que compõem a amostra se encontram nos períodos finais da faculdade e, em tese, já cursaram as disciplinas da área de mercado de capitais e da área de finanças e também se encontram próximos da conclusão da graduação.

Gráfico 4: Disciplinas sobre mercado de capitais ou finanças



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A quarta pergunta do questionário refere-se a identificar se os respondentes já cursaram ou não as disciplinas de mercado de capitais ou outra(s) dentro da área de finanças durante a graduação. Do total de 81 respondentes, tem-se a divisão dos identificados observada no Gráfico 4.

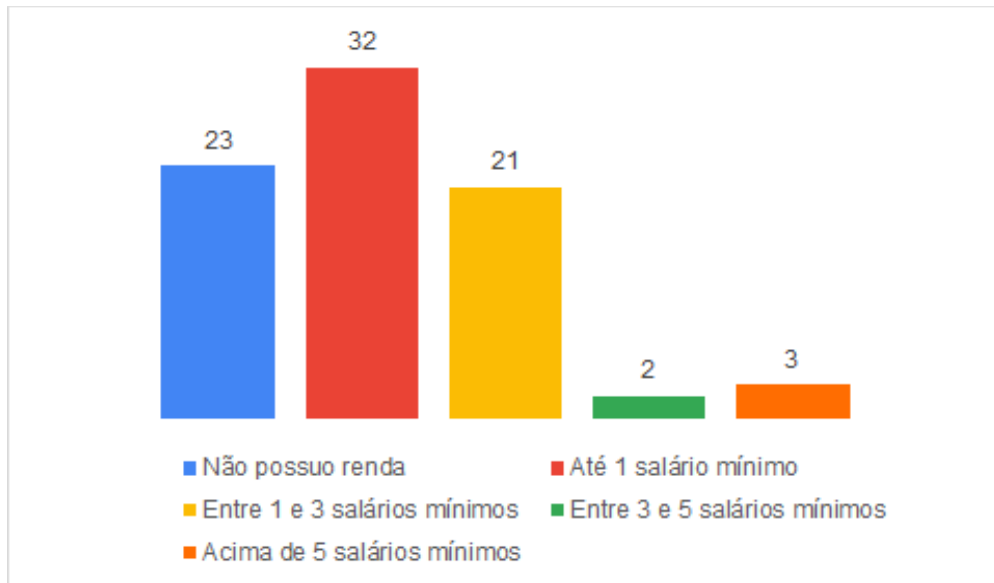
Dentro da matriz curricular das disciplinas obrigatórias do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora - *Campus Avançado Governador Valadares*, a matéria de Mercado de Capitais é a principal no que tange a abordar didáticas envolvendo o mercado de capitais e investimentos financeiros. A disciplina é ofertada no 7º período da grade Ciências Contábeis e também é oferecida aos alunos de outros cursos, como Administração e Ciências Econômicas. Entretanto, vale destacar que dentro da temática de finanças, outras disciplinas (tanto obrigatórias, quanto eletivas ou optativas) são ofertadas aos discentes de Ciências Contábeis no decorrer da graduação e que também podem estimular o interesse por investimentos e finanças, tais como Matemática Financeira, Gestão Financeira, Análise das Demonstrações Contábeis, Análise de Investimentos e etc.

Logo, como apresentado no Gráfico 4, 46 alunos (57%) afirmaram já terem cursado a disciplina de Mercado de Capitais ou outras relacionadas a investimentos ou finanças, enquanto que 35 (43%) afirmaram ainda não terem cursado. Tal circunstância está ligada ao fato observado no Gráfico 3, em que praticamente metade dos alunos da amostra (49,38%) se encontram nos períodos finais da faculdade, logo

apresentam maior probabilidade em terem cursado as disciplinas sugeridas na questão.

#### 4.2. FINANÇAS PESSOAS

Gráfico 5: Faixa de renda individual



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A quinta pergunta do questionário buscou observar a faixa de renda individual que se encontram os respondentes, separando os alunos pelos seguintes grupos: não possuem renda, ganham até 1 salário mínimo, ganham entre 1 e 3 salários mínimos, ganham de 3 a 5 salários mínimos e aqueles que possuem renda acima de 5 salários mínimos. Do total de respondentes, tem-se a divisão dos entrevistados identificados no Gráfico 5.

Dessa forma, foi observado que 32 discentes recebem até 1 salário mínimo (39,51%), 23 não possuem renda (28,40%), 21 possuem renda entre 1 e 3 salários mínimos (25,93%), 3 ganham acima de 5 salários mínimos (3,70%) e 2 têm renda entre 3 e 5 salários mínimos (2,47%). Portanto, pôde se observar uma maior concentração entre os alunos que não possuem renda, que recebem até 1 salário mínimo e os que possuem renda entre 1 e 3 salários mínimos, ou seja, que possuem renda de até 3 salários mínimos, logo representando 93,82% da amostra estudada.

Gráfico 6: Hábito de poupar recursos



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A sexta pergunta do questionário apresentou como propósito identificar se os estudantes apresentam condições e o hábito de poupar parte dos seus recursos financeiros. Do total de respondentes, tem-se a divisão dos entrevistados de acordo com Gráfico 6.

Assim sendo, foi observado que 43 discentes (53,09%) afirmaram terem condições e também possuem o hábito de poupar parcela dos seus ganhos, 22 não possuem o hábito de poupar, mas pretendem adquiri-lo (27,16%), 14 consideram não possuir renda que lhes permitam poupar (17,28%) e somente 2 disseram ter condições para poupar, mas não poupam (2,47%).

Dado os resultados apresentados, observa-se em pesquisas relacionadas que o hábito de poupar da maioria dos entrevistados do presente trabalho diverge da realidade dos brasileiros em geral, haja visto que nas pesquisas elaboradas pela CVM, CNDL e SPC Brasil (2018) e pela Anbima (2019) com o objetivo de analisar o perfil do investidor e o cenário de poupança e investimentos dos brasileiros, foi apresentado que somente, aproximadamente, um terço dos entrevistados costumam constituir uma reserva de dinheiro e conseguem guardar um pouco dos seus ganhos. Essa divergência apresentada pode ser fruto da influência positiva da educação financeira na forma de pensar e planejar a vida financeira dos alunos, pois dos 43 estudantes que poupam seus ganhos, 27 (62,79%) já cursaram disciplinas referentes a mercado de capitais ou outras da área sobre finanças, logo podendo tê-los influenciado a

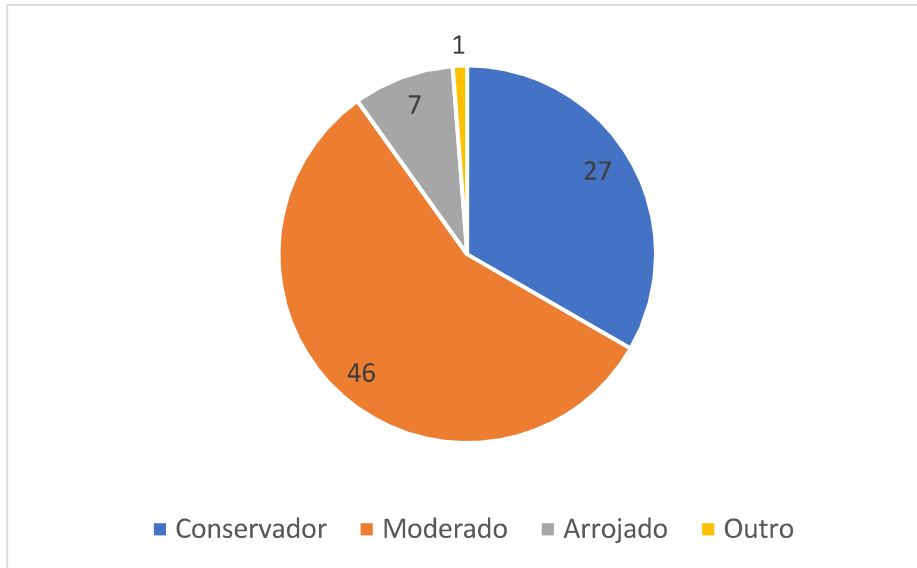
poupar e gerir melhor o seu dinheiro, uma vez também que a falta de educação financeira ainda é um problema que afeta grande parte dos cidadãos brasileiros para se planejarem financeiramente.

Entretanto, segundo apontou a pesquisa da Anbima (2019), a maior dificuldade encontrada para os brasileiros não pouparem é justamente referente a não possuírem uma renda suficiente que lhes permitam poupar e isso de certa forma vai de encontro ao que foi apresentado no trabalho, pois a partir do que foi visto na análise dos dados do Gráfico 5, referente a identificar a faixa de renda dos estudantes, a maioria dos discentes que não pouparam seus recursos são justamente os que não possuem renda (16).

Por fim, de acordo com o apresentado pela CVM, CNDL e SPC Brasil (2018), os indivíduos que pouparam são mais propensos a investir, pois com o hábito de poupança e investindo adequadamente, permite aos indivíduos aumentarem o seu patrimônio e atingirem os seus objetivos financeiros, tendo em vista que as pessoas que possuem os dois hábitos apresentam maior controle sobre o seu orçamento e seus gastos. Tal hipótese pôde ser comprovada no presente trabalho, uma vez que entre os 43 discentes que afirmaram possuir o hábito e condições de poupar, 34 também investem, logo chegando à conclusão que aproximadamente 80% dos alunos que pouparam também investem seus ganhos.

#### 4.3. PERFIL DE INVESTIDORES

Gráfico 7: Perfis de investidores



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A sétima pergunta do questionário buscou identificar os perfis de investidores dos estudantes, logo os separando de acordo com 3 perfis distintos: conservador, moderado e arrojado. Do total de respondentes, tem-se a divisão dos entrevistados identificados no Gráfico 7.

Como pôde ser observado, 46 alunos (56,79%) consideram seu perfil de investidor como moderado, ou seja, que valorizam o aumento gradual do capital investido ao longo do tempo, assumindo riscos moderados. Conforme foi apresentado por Silva e Oliveira (2014), os investidores com perfil moderado apresentam como objetivo alcançar o equilíbrio entre rendimento e crescimento com variações moderadas, logo se expõem mais aos riscos buscando alcançar ganhos adicionais a médio e longo prazo, a partir da diversificação da carteira de investimentos.

Dando continuidade, vieram em seguida os investidores com perfil conservador (33,33%) que prezam por preservar o seu patrimônio, assumindo poucos riscos em suas aplicações e valorizam a segurança em suas alocações de capital, os de perfil arrojado (8,64%) que estão dispostos a correr riscos significativos maiores em prol de obterem retornos expressivos no curto prazo, estando cientes das maiores chances de perda dos recursos investidos e também aqueles discentes que consideraram não se enquadrarem em nenhum tipo de perfil (1,23%).

Realizando uma análise sobre os perfis de investidores por sexo dos respondentes, nota-se no Quadro 4 também a predominância do perfil moderado tanto entre as mulheres da pesquisa quanto entre os homens, logo não havendo diferença

neste quesito entre os indivíduos do sexo masculino e feminino, uma vez que 24 estudantes do sexo masculino apresentem perfil moderado e 22 estudantes do sexo feminino também julgam apresentar este mesmo perfil de investidor.

Quadro 4: Perfis dos investidores por sexo

Sexo	Conservador	Moderado	Arrojado	Outro
Masculino	10	24	4	-
Feminino	17	22	3	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

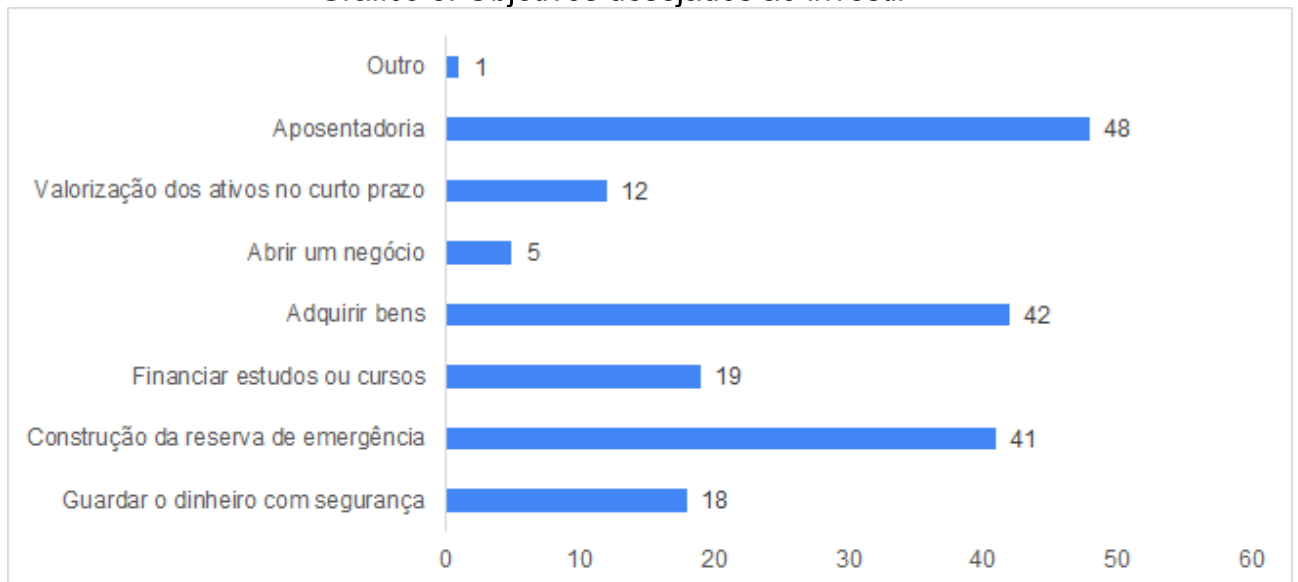
Buscando relacionar o perfil de investidor em função da renda dos estudantes, houve a predominância do perfil moderado entre os estudantes que não possuem renda (15), entre aqueles que recebem até 1 salário mínimo (18) e entre os que recebem entre 3 a 5 salários mínimos (2), enquanto predominou o perfil conservador entre discentes que ganham entre 1 a 3 salários mínimos (10) e o perfil arrojado entre os que ganham mais de 5 salários mínimos (2). Logo, a partir do apresentado, pode-se inferir que a renda pode ser uma variável importante que influencie no modo que o indivíduo classifique e julgue o seu perfil como investidor, afetando principalmente o nível de risco que o indivíduo está sujeito a correr nos seus investimentos em função das suas limitações de capital.

Os resultados da pesquisa convergem com trabalhos de autores que também buscaram analisar o perfil de investidor com público alvo de universitários, como no caso de Santos (2018), Sales (2012) e Gonzalez Junior, Santos e Souza (2015), em que foi identificado que os acadêmicos dos respectivos trabalhos também apresentaram perfil de risco moderado. Santos (2018) explica na sua análise a ocorrência de vieses comportamentais existentes entre os investidores moderados, denominada de aversão à extremos. Segundo o autor, esse fato pode ser observado nas escolhas dos investidores e de acordo com este comportamento, as decisões dos investidores tendem a ser mais centrais, isto é, fogem das opções mais conservadoras e das mais arriscadas, logo se encontram longe dos extremos e resultando na maior concentração do perfil moderado.

Entretanto, deve-se ressaltar que apesar da observância da predominância do perfil moderado em algumas pesquisas similares realizadas com universitários, os resultados se diferenciam quando analisados frente ao contexto do cenário nacional. Como apresentado pela Anbima (2019) e pela CVM, CNDL e o SPC Brasil (2018),

entre os brasileiros há a predominância do perfil conservador, principalmente devido à valorização destes pela segurança e preservação do capital nas suas aplicações.

Gráfico 8: Objetivos desejados ao investir



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A oitava pergunta do questionário refere-se a identificar os diferentes objetivos que os discentes desejam atingir a partir do momento que decidem aplicar o seu dinheiro em alguma modalidade de investimento financeiro, sendo os objetivos divididos entre: apenas guardar o dinheiro com segurança, construção da reserva de emergência, financiar estudos ou cursos em geral, adquirir bens, abrir um negócio, ganhar dinheiro a partir valorização dos ativos no curto prazo, aposentadoria e outros objetivos que não se encontram listados na questão. Do total de respondentes, tem-se a divisão dos entrevistados apresentadas no Gráfico 8.

Dessa forma, observou-se um maior número de respostas visando a aposentadoria totalizando 48 votos, ou seja, a partir da acumulação de patrimônio e a construção de uma renda complementar para aposentadoria no futuro (59,26%), vindo em seguida 42 votos para adquirir bens (51,85%) e 41 votos para a construção da reserva de emergência (50,61%).

Os resultados acima apresentados vão de encontro ao que foi analisado no Gráfico 7 e no Gráfico 2, haja visto que no Gráfico 7 foi apontado que a maioria dos discentes (56,79%) apresentam perfil de investidor moderado, logo como apresentado por Silva e Oliveira (2014), apresentam maior tendência a investir de forma diversificada tomando riscos moderados visando atingir objetivos de médio e longo

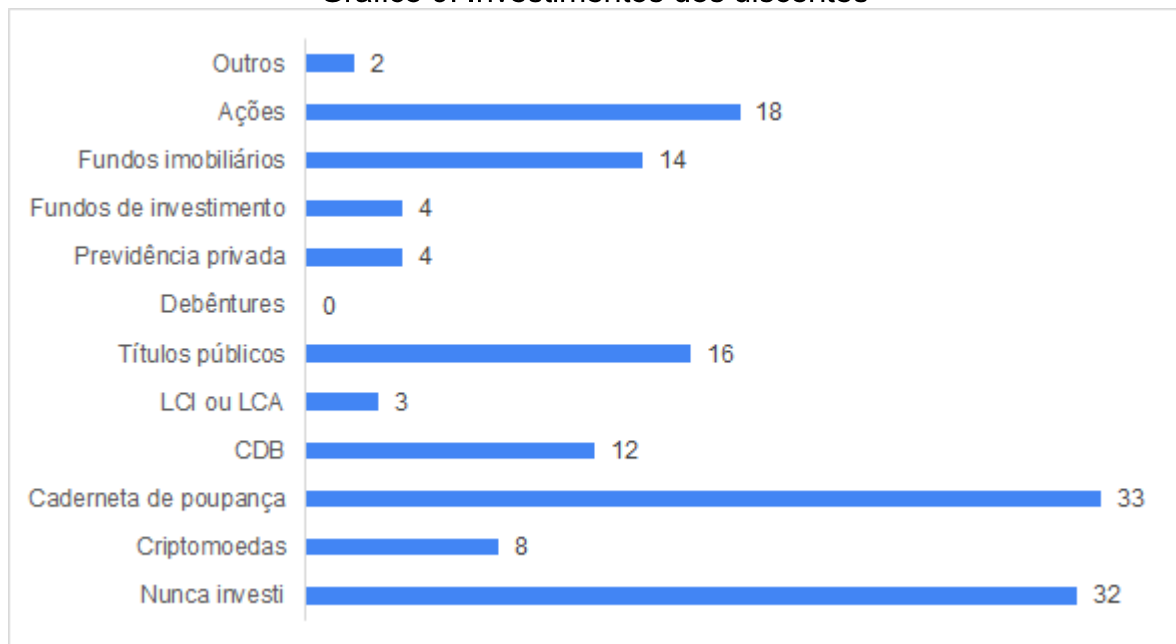


prazo, como foi observado nas escolhas pelos objetivos da aposentadoria (48) e adquirir bens (42), tais como automóveis e imóveis. Quanto à constituição da reserva de emergência (41), como visto no Gráfico 2 que 58% da amostra possui idade entre 20 e 24 anos, é natural que muitos alunos ainda estejam começando suas trajetórias nos investimentos, logo o grande número de respostas neste quesito, haja visto que a constituição da reserva de emergência é considerada uma das etapas iniciais e fundamentais antes de começar a formar o patrimônio.

Prosseguindo a análise, em seguida vieram os objetivos dos discentes em financiar cursos ou estudos no geral (19), apenas guardar dinheiro com segurança (18), ganhar dinheiro no curto prazo, a partir da oscilação do mercado e valorização dos ativos (12), abrir um negócio (5) e outros objetivos não listados (1). Vale destacar que o baixo número de respostas pelo objetivo de ganhar dinheiro a curto prazo a partir da oscilação nos preços dos ativos no mercado é proveniente do pequeno número de estudantes visto no Gráfico 7 que apresentam perfil de investidor arrojado (8,64%) e que, de certa forma, estão mais adeptos a correrem maiores riscos nos seus investimentos dentro de um horizonte de tempo menor.

Também analisando os objetivos ao investir de acordo com os perfis de investidores dos alunos visto no Gráfico 8, notou-se que a predominância do objetivo pela acumulação de rendimentos a longo prazo visando a aposentadoria foi observada em todos os 3 perfis de investidores (conservador, moderado e arrojado). Entretanto, nos estudantes com perfil conservador foi observado também grande preferência pela construção da reserva de emergência (55,55%), nos de perfil moderado por adquirir bens (50%) e nos de perfil arrojado por adquirir bens e por ganhar dinheiro a partir da oscilação dos ativos no mercado a curto prazo (28,57%), logo sendo os principais objetivos que ficaram atrás somente do objetivo pela aposentadoria nos respectivos perfis de investidores.

Gráfico 9: Investimentos dos discentes



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Quadro 5: Distribuição dos investidores por sexo

Investidores do sexo masculino	25
Investidores do sexo feminino	24
Total de investidores	49

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A nona questão do questionário buscou identificar se os estudantes já investem e se sim, quais são as modalidades de investimentos financeiros que eles atualmente aplicam o seu dinheiro, variando entre diferentes tipos de investimentos de renda fixa, renda variável, além também das criptomoedas. Do total de respondentes, tem-se a divisão dos entrevistados identificados no Gráfico 9.

Inicialmente, dando continuidade ao que foi apresentado no Gráfico 1, correspondente a identificar o sexo dos respondentes, foi observado a predominância numérica das mulheres em relação aos homens na participação da pesquisa (53,1%). Todavia, a partir da análise dos dados provenientes do Gráfico 9 e do Quadro 5 foi possível chegar à conclusão que entre os indivíduos que investem, há uma pequena superioridade numérica dos homens, haja visto que 25 indivíduos do sexo masculino investem, contra 24 do sexo feminino. Portanto, os resultados encontrados convergem com o cenário atual do perfil do investidor brasileiro, haja visto que como apresentado pela Anbima (2020), 53,85% dos investidores brasileiros são homens. Ademais,

apesar da atual predominância numérica de investidores do sexo masculino, também vale destacar que a presença feminina nos investimentos vem aumentando com o passar dos anos, como visto na pesquisa realizada pela B3 (2020), onde observou-se um considerável aumento de mulheres investindo entre o período de 2018 a 2020, saltando de 179.392 para 809.533, além da participação de 40% das mulheres investidoras no Tesouro Direto.

Partindo para as demais análises, dos 81 discentes que compõem a amostra da pesquisa, 32 ainda não investem (39,50%), logo os outros 49 investem seu dinheiro em algum produto financeiro (60,50%). Observando o Gráfico 9, foi possível detectar entre os estudantes que investem, 33 respondentes aplicam seus recursos na caderneta de poupança (67,34%), 18 investem em ações (36,73%), 16 investem em títulos públicos (32,65%), 14 investem em fundos imobiliários (28,57%), 12 investem em CDB (24,48%), 8 investem em criptomoedas (16,32%), 4 investem em previdência privada e fundos de investimento (8,16%), 3 investem em LCI ou LCA (6,12%) e 2 investem em outros investimentos não listados (4,08%). Portanto, destaca-se que com exceção da caderneta de poupança que recebeu bem mais votos e se destoa das demais alternativas, observa-se um certo equilíbrio entre diferentes investimentos dos discentes, combinando entre modalidades de renda fixa e variável, além das criptomoedas.

Comparando os dados do Gráfico 9 com o Gráfico 7, referente a identificar o perfil de investidor dos alunos, foi observado que entre os discentes com perfil de investidor conservador e moderado, a caderneta de poupança é a modalidade de investimento mais presente, representando, respectivamente, 69,23% dos investimentos dos indivíduos com perfil conservador (9) e 64,28% dos investimentos dos estudantes com perfil moderado (18). Entretanto, este cenário não foi encontrado entre os alunos com perfil arrojado, pois as ações representaram 85,74% dos investimentos destes discentes (6). Logo, o analisado não é uma surpresa, uma vez que a poupança por ser uma aplicação muito simples e conservadora, tende a atrair mais os indivíduos que tendem a valorizar mais a segurança nos seus investimentos, correndo riscos pequenos. Porém, este argumento muda quando se trata dos investidores de perfil agressivo, haja visto que estes estão sujeitos a tomar mais riscos para obterem maiores rentabilidades nos seus investimentos, logo tendendo a preferir investimentos na renda variável, como foi visto na preferência pelas ações.

Entrelaçando os resultados do Gráfico 9 com o Gráfico 2, referente a abordar a faixa etária dos respondentes, entre o público jovem da pesquisa com até idade até 24 anos (62) foi detectada a predominância daqueles estudantes que ainda não investem (40,33%) e os que possuem dinheiro aplicado na caderneta de poupança (37,09%), enquanto que entre os 19 indivíduos que se encontram com idade entre 25 a 30 anos e acima de 30 anos, foi observada uma preferência até maior pela caderneta de poupança em termos percentuais, representando, respectivamente 57,90% dos investimentos destes alunos.

Logo, nota-se que a caderneta de poupança é a aplicação financeira mais popular entre os discentes que compõem o público mais jovem (até 24 anos) e entre os com idade entre 25 e 30 anos e os acima dos 30 anos. Entretanto, vale ressaltar que os mais jovens diversificam bem mais seus investimentos e investem em mais alternativas, como em ações (16), títulos públicos (14), fundos imobiliários (13) e CDBs (11), enquanto que os discentes com idade acima de 25 anos na maior parte optam unicamente somente pela caderneta de poupança nos seus investimentos (7).

No demais, os resultados da pesquisa vão de encontro com o que foi apurado por Silva e Oliveira (2014), Gonzalez Junior, Santos e Souza (2015), Santos (2018) e Sales (2012), dado que nos respectivos trabalhos a grande parte dos universitários também possuíam investimentos na caderneta de poupança. De certa forma, tal justificativa atual pode se dar pelo fato da caderneta de poupança ainda ser considerada a modalidade de investimento mais popular no país, haja visto que segundo a Anbima (2020), 84,2% dos brasileiros que investem algum dinheiro deixaram seus recursos na caderneta de poupança em 2019.

Quadro 6: Conhecimento dos alunos sobre investimentos

<b>INVESTIMENTOS</b>	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5
Criptomoedas	49	11	15	5	1
Caderneta de poupança	12	6	19	25	19
CDB	20	13	24	15	9
LCI ou LCA	24	17	24	14	2
Títulos públicos	12	12	26	22	9
Previdência privada	18	27	21	12	3
Debêntures	21	27	23	9	1
Fundos de investimento	14	21	32	11	3
Fundos imobiliários	21	16	21	18	5
Ações	7	13	24	30	7

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Quadro 7: Classificação final dos investimentos por níveis

Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5
Criptomoedas	Previdência privada e Debêntures	Fundos de investimento	Ações	Caderneta de poupança

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A décima pergunta refere-se a identificar o nível de conhecimento dos alunos sobre investimentos financeiros dentre diferentes opções de renda fixa e de renda variável, além também das criptomoedas. Do total de respondentes, tem-se a divisão apresentada no Quadro 6.

Visando checar e avaliar o grau de conhecimento dos alunos sobre os investimentos, foi realizada uma escala de 1 a 5, com o objetivo de classificar os conhecimentos dos entrevistados por níveis que se encontram presentes nos Quadros 6 e 7, respectivamente. O nível 1 é correspondente ao conhecimento básico; nível 2 ao conhecimento razoável; nível 3 ao conhecimento intermediário; nível 4 ao bom conhecimento e nível 5 ao ótimo/ excelente conhecimento. Dessa forma, o Quadro 6

apresenta a distribuição de todos os investimentos de acordo com os níveis de conhecimento, enquanto que o Quadro 7 somente apresenta os investimentos que foram os mais votados pelos alunos dentre os níveis básico (1), razoável (2), intermediário (3), bom (4) e ótimo/excelente (5).

Como foi visto no Gráfico 9, referente a identificar se os estudantes atualmente investem, os investimentos dispostos no Quadro 6 atualmente se encontram na carteira dos discentes da pesquisa, salvo exceção somente das debêntures, haja visto que nenhum estudante da amostra investe neste tipo de investimento ainda. Realça-se também que como visto na análise do Gráfico 7, referente ao perfil de investidor dos entrevistados, os estudantes que apresentam perfis de risco conservador e moderado apresentam maior preferência pela caderneta de poupança, enquanto que os de perfil arrojado têm maior afinidade e interesse pelas ações, logo podendo este ser um fator importante e que afete positivamente o nível de conhecimento dos discentes por esses 2 tipos de investimentos especialmente.

Analisando os dados dispostos nos Quadros 6 e 7, as criptomoedas foram consideradas a alternativa de investimento que os discentes afirmaram possuir menor conhecimento (ou mais básico), com total de 49 respostas. O bitcoin, especialmente, é um ativo que possui características específicas, tais como não possuir forma física, não tem lastro com nenhuma mercadoria e não é garantido e nem regulado por qualquer governo ou banco central, logo sendo descentralizado e que depende somente de um protocolo utilizando criptografia para controlar suas transações (Balcilar et al., 2017). Logo, dado o que foi exposto, é normal que exista entre os alunos um certo desconhecimento sobre as criptomoedas, principalmente por causa de suas características um pouco mais complexas e também por ser um assunto relativamente novo dentro da literatura nacional que trata sobre o assunto com maior profundidade.

A previdência privada e as debêntures (27) foram os investimentos que os alunos consideraram possuir conhecimento mais razoável. Como visto no Gráfico 9, observa-se que são tipos de investimentos que não atraem muito o interesse do público da pesquisa, haja visto que somente 4 pessoas investem em previdência privada e nenhuma investe em debêntures, por exemplo. A justificativa para isso pode se dar devido ao fato de que talvez os estudantes associem a previdência privada como um investimento mais voltado para pessoas mais velhas, por exemplo. Quanto as debêntures, Kerr (2011) afirma que no Brasil as debêntures apresentam um fraco

mercado secundário comparado com outros países com mercado de capitais mais desenvolvidos, como os Estados Unidos, dessa forma limitando as negociações envolvendo as debêntures entre os investidores.

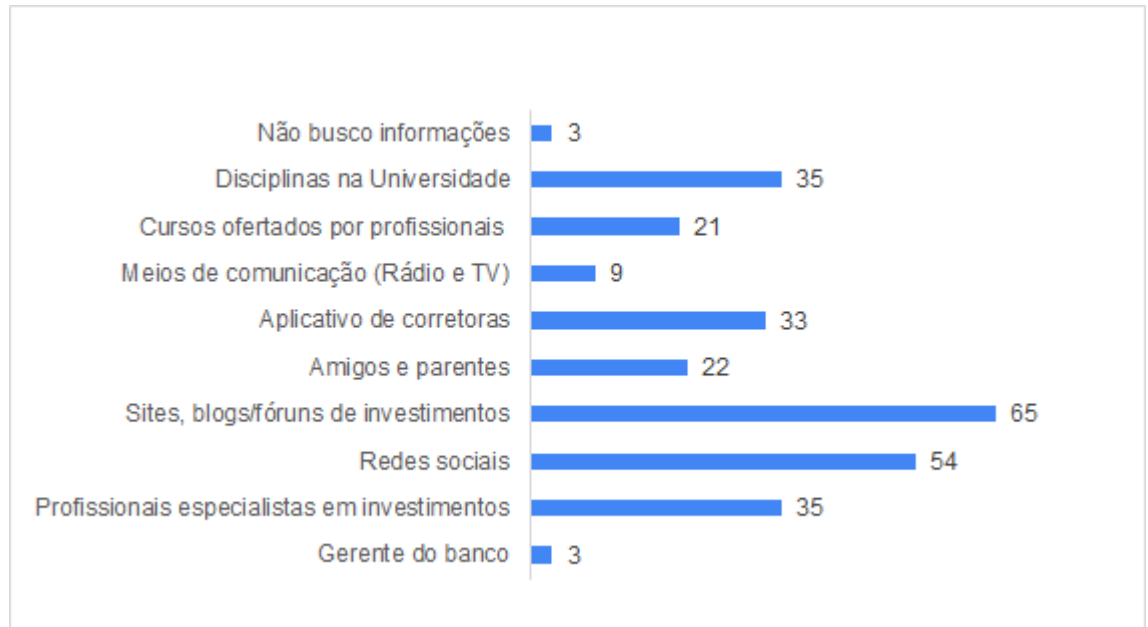
Quanto ao nível de conhecimento considerado intermediário, os fundos de investimento receberam maiores votos dos discentes, logo obtendo 32 respostas. Apesar deste resultado, os fundos de investimento não são um investimento considerado muito popular entre o público alvo da pesquisa, uma vez que somente 4 pessoas investem nos fundos de investimento, o que causa uma pequena discrepância no que foi visto quanto ao nível de conhecimento sobre eles.

As ações foram o investimento que os alunos mais consideraram apresentar um bom conhecimento, com 30 respostas. Tal fato pode ser justificado a partir do que foi visto no Gráfico 9, já que as ações ficaram atrás somente da caderneta de poupança quanto aos investimentos que estão na carteira dos respondentes e que são o investimento de maior interesse dos estudantes com perfil de investidor moderado e arrojado. No demais, atualmente há muitos conteúdos que tratam sobre investimentos em ações, seja na literatura ou em livros e até mesmo na internet ou nas redes sociais, logo propiciam uma maior abrangência de conhecimento sobre o assunto, de diferentes formas, principalmente no cenário econômico atual em que a taxa básica de juros da economia se encontra em apenas 2% ao ano, além de que nos últimos anos cada vez mais investidores vêm investindo na bolsa de valores e se interessando pelos investimentos em renda variável.

E por fim, a maior parte dos alunos consideraram apresentar um ótimo conhecimento sobre a caderneta de poupança, totalizando 19 votos. Logo, o que foi exposto está ligado ao que também foi observado no Gráfico 9, haja visto que aproximadamente 68% dos investidores da pesquisa têm dinheiro na caderneta de poupança, principalmente entre os estudantes que possuem perfil de investidor conservador. O fato dos estudantes apresentarem um ótimo conhecimento sobre a caderneta de poupança também é devido as circunstâncias de, além da mesma ser considerada a aplicação financeira mais popular no Brasil e ser muito acessível, também apresenta funcionamento bastante simples, logo permitindo um maior conhecimento e entendimento sobre ela. Também ressalta-se que com a Taxa Selic em apenas 2% ao ano no momento da realização da pesquisa, a rentabilidade anual da caderneta de poupança é de apenas 1,4% e apresenta um dos piores retornos dentre os investimentos do mercado financeiro, que pode estimular num futuro

próximo os alunos a buscarem outros investimentos mais rentáveis e com riscos similares, por exemplo.

Gráfico 10: Fontes de informação utilizadas pelos discentes



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A décima primeira pergunta foi referente a abordar as principais fontes de informação que são utilizadas pelos discentes ao tomarem conhecimento sobre investimentos, como com gerentes de banco, profissionais especialistas em investimentos, nas redes sociais, em sites, blogs/fóruns de investimentos, com amigos e parentes, nos aplicativos de corretoras, rádio e televisão, por cursos ofertados por profissionais da área, através de disciplinas ofertadas na universidade sobre finanças e mercado de capitais, além dos que não buscam informações. Do total de respondentes, tem-se a divisão dos entrevistados no Gráfico 10.

Dessa forma, 3 alunos afirmaram se informar com gerentes de bancos (3,70%), 35 com profissionais especialistas em investimentos (43,20%), 54 se informam por meio das redes sociais (66,66%), 65 se informam a partir de sites de notícias/ blogs e fóruns sobre investimentos (80,25%), 22 através de amigos e parentes (27,16%), 33 utilizam aplicativos de corretoras (40,74%), 9 a partir de meios de comunicação, como rádio e televisão (11,11%), 21 tomam conhecimento por cursos ofertados por corretoras ou por profissionais da área (25,92%), 35 via disciplinas ofertadas na universidade sobre mercado de capitais ou outra(s) da mesma área (43,20%) e por



fim, somente 3 indivíduos afirmaram não buscar informações sobre investimentos (3,70%).

Logo, a partir do que foi apresentado, realça a grande influência da era moderna da tecnologia movida pela transformação digital e pelo maior acesso às informações, haja visto que os sites de notícias/ blogs e fóruns sobre investimentos e as redes sociais foram as alternativas que mais receberam votos pelos alunos. A pesquisa realizada pela B3 (2020) também confirma tal ocorrência, uma vez que 73% dos investidores costumam se informar sobre investimentos através da internet, principalmente entre o público mais jovem. Todavia, o estudo da Anbima (2019) apresenta um resultado um pouco diferente, uma vez que muitos brasileiros (41%) ainda preferem tomar conhecimento sobre investimentos com os gerentes de bancos e com corretores, ou seja, prezando pelas orientações mais tradicionais e conservadoras, e pôr no geral apresentarem um perfil de risco mais conservador, se sentem muitas vezes desconfiados das informações que advêm da internet e os deixam mais avessos a ativos de risco.

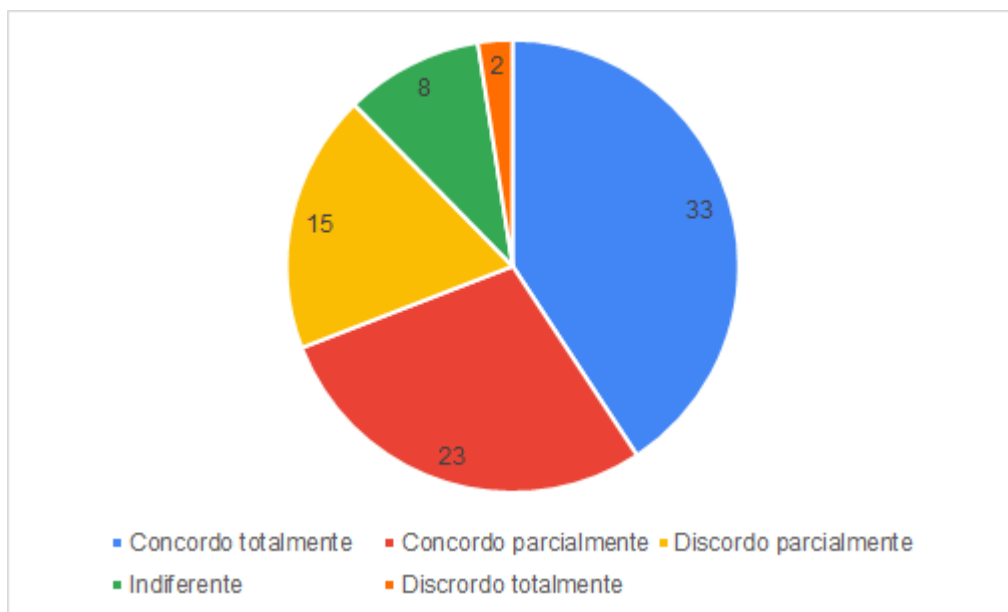
Vale destacar também a contribuição da universidade como uma importante fonte de informação sobre investimentos, haja visto que 35 alunos que compõem a amostra da pesquisa consideraram as disciplinas ofertadas sobre mercado de capitais ou outra(s) da mesma área como uma das principais fontes de pesquisa utilizadas ao buscarem conhecimento e informações relacionadas ao mercado financeiro, logo sendo a 3º alternativa mais votada. Santos (2018) de maneira análoga também aborda a influência positiva da graduação em relação à educação financeira, pois segundo o autor, grande parte dos estudantes em seu trabalho consideraram que o curso superior teve alguma importância e influência na forma de encarar o mercado financeiro e gerir os próprios recursos.

Entretanto, o que foi apresentado acima foge do que foi apurado por Gonzalez Junior, Souza e Santos (2015), uma vez que segundo os autores, notou-se que as faculdades analisadas do trabalho não apresentaram grande influência para os investimentos e falham ao não fazerem isso, logo recomendando que as instituições de nível superior revejam suas políticas metodológicas se desejarem formar alunos mais capacitados e prontos para o mercado de capitais.

Por fim, também conclui-se que o hábito de pelo menos buscar informações se encontra consolidado entre os estudantes da amostra do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora - *Campus Avançado Governador*

Valadares, dado que 78 (96,30%) buscam conhecimento sobre investimentos, mercado financeiro e finanças, seja de diferentes formas possíveis. Assim, aliado o nível de conhecimento que os estudantes apresentam sobre diferentes investimentos com os diferentes tipos de produtos financeiros que eles aplicam seu dinheiro, permite que os alunos se sintam engajados por procurar novos investimentos para diversificação e buscar maiores rentabilidades, como forma de atingirem os seus respectivos objetivos financeiros.

Gráfico 11: Promessas de ganhos fáceis, rápidos e com pouco esforço



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A décima segunda pergunta do questionário buscou conhecer a opinião dos alunos frente a seguinte afirmativa: “Evito quaisquer promessas de ganhos de dinheiro fáceis, rápidos e com pouco esforço dentro do mercado financeiro”, com as alternativas sendo divididas entre: concordo totalmente, concordo parcialmente, indiferente, discordo parcialmente e discordo totalmente. Do total de respondentes, tem-se a divisão apresentada no Gráfico 11. Logo, como pôde ser observado, 33 discentes afirmaram concordar totalmente com o enunciado (40,74%), 23 concordam parcialmente (28,40%), 15 discordam parcialmente (18,52%), 8 se sentem indiferente quanto (9,88%) e apenas 2 discordam totalmente (2,47%).

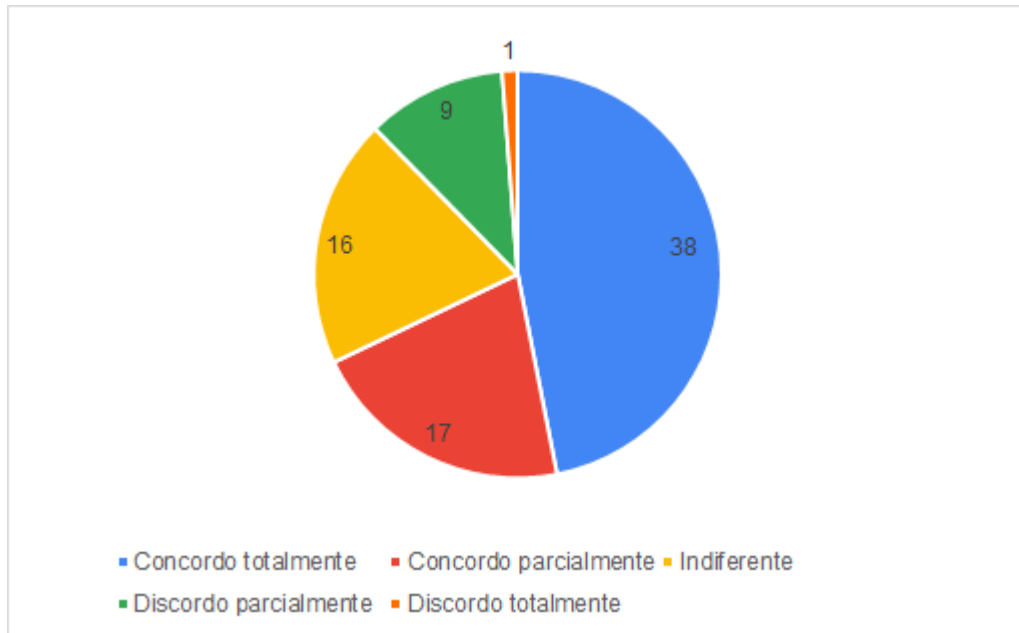
A partir do apresentado, nota-se que muitos discentes prezam pela busca de informações de fontes seguras e de qualidade sobre investimentos e mercado financeiro, ou seja, evitando, na maior parte, promessas de baixo viés e de certa forma

duvidosas sobre ganhos fáceis e rápidos de dinheiro que na sua maior parte se encontram presentes na internet. Prova disso é que, por exemplo, entre os estudantes com perfil de investidor conservador e que são mais avessos ao risco nos seus investimentos, foi observado que os indivíduos com este perfil foram os que menos buscam se informar sobre investimentos através de sites/blogs fóruns sobre investimentos e pelas redes sociais (51,85%), logo optando por fontes de informação mais tradicionais por possivelmente não sentirem confiança no que é apresentado nos meios de comunicação mais modernos e por ainda serem mais avessos à promessas duvidosas de ganhos no mercado financeiro, tendem a acabar optando pelas orientações mais conservadoras.

Todavia, vale destacar que apesar das informações estarem acessíveis de forma rápida e abundante na internet, os usuários muitas vezes se vêm confusos frente a quantidade de dados/textos publicados e a disposição, além da dificuldade de identificar a qualidade e veracidade destas informações, aliado a falta de tempo e pressa dos dias atuais, desestimulando-o a buscar estes recursos como forma de obter mais conhecimento sobre assuntos de interesse.

Portanto, dado o que foi observado no Gráfico 10 que a maior parte dos estudantes buscam se informar sobre investimentos através de sites e blogs/fóruns de investimentos (80,25%) e pelas redes sociais (66,66%), reforça a importância dos estudantes tomarem cuidado para não caírem em falsas promessas que advém na sua maior parte do meio virtual, e dessa forma aumenta a importância dos indivíduos em apresentarem já um certo conhecimento sobre investimentos para não serem enganados eventualmente, principalmente entre aqueles que prezam pelo objetivo de ganharem dinheiro a curto prazo em suas aplicações de capital.

Gráfico 12: Diversificação nos investimentos



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A décima terceira pergunta do questionário foi realizada com a finalidade de conhecer a opinião dos estudantes de acordo com a seguinte afirmativa: “Invisto buscando sempre diferentes opções para aumentar os rendimentos e diminuir os riscos em meus investimentos”, com as alternativas sendo divididas entre: concordo totalmente, concordo parcialmente, indiferente, discordo parcialmente e discordo totalmente. Do total de respondentes, tem-se a divisão apresentada no Gráfico 12.

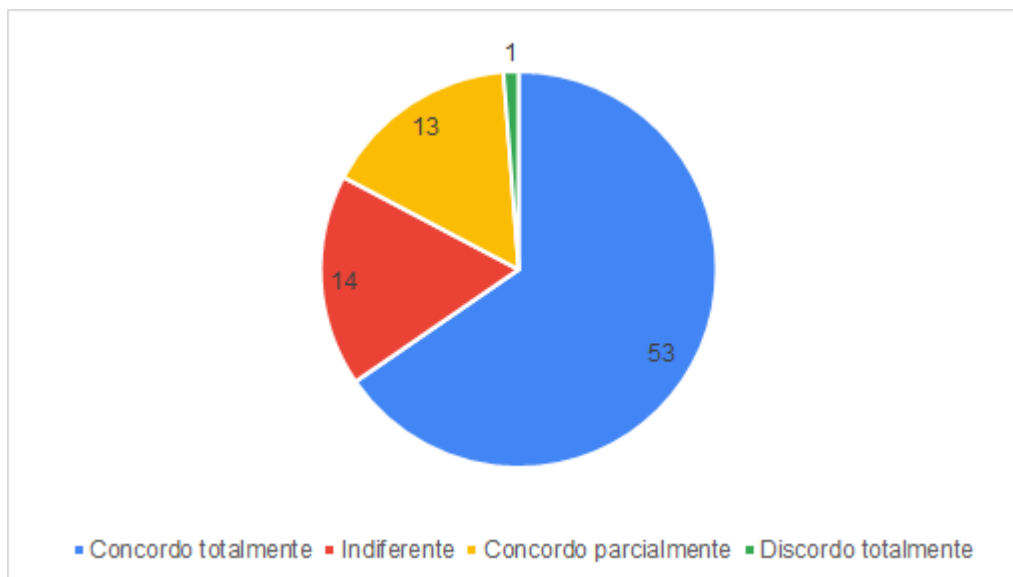
Como pôde ser observado, 38 estudantes (46,91%) concordam totalmente com o enunciado, 17 concordam parcialmente (20,99%), 16 se sentem indiferentes (19,75%), 9 discordam parcialmente (11,11%) e somente 1 afirmou discordar totalmente (1,23%). Dessa forma, observa-se que a maior parte dos discentes valorizam a importância da diversificação em seus investimentos como forma de aumentar os rendimentos e diminuir os seus riscos dentro da carteira.

Diante de tal, nota-se que a grande parte dos estudantes compactuam a com a regra de diversificação nos investimentos, haja visto que como explica Gitman (2010), a diversificação nos investimentos nada mais é do que uma estratégia de distribuição de capital em diferentes modalidades de investimentos como forma de balancear e proteger a carteira frente às oscilações do mercado financeiro, logo diminuindo as chances de perda de capital e obtendo maiores rentabilidades.

A partir da análise dos dados que originaram o Gráfico 9, referente a identificar os investimentos atuais dos estudantes, foi possível observar que, por exemplo, que

entre os 49 discentes que reservam parcela de seus ganhos para investir, 30 investem em pelo menos 2 alternativas de investimentos diferentes (61,22%), combinando entre modalidades de renda fixa e variável, além também das criptomoedas, logo diversificando seus investimentos. Como também pôde ser observado na mesma análise do Gráfico 9, foi apresentado que os alunos com até 24 anos diversificam bem mais seus investimentos alternativamente a caderneta de poupança, principalmente em ações, fundos imobiliários, títulos públicos e CDBs, o que influenciou nas respostas obtidas na presente questão, uma vez que 62 discentes se encontram nessa faixa etária (de até 20 anos e entre 20 e 24 anos) e representam 76,65% da amostra.

Gráfico 13: Importância de investir a longo prazo



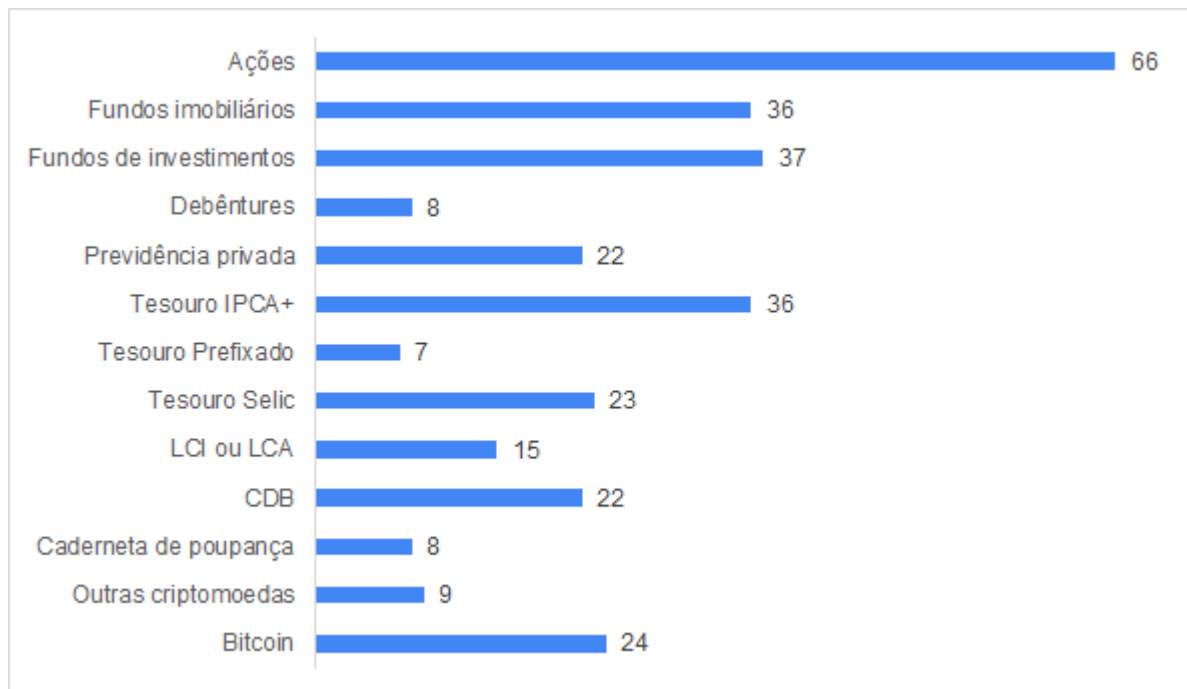
Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A décima quarta pergunta do questionário buscou identificar a opinião dos estudantes sobre a seguinte afirmativa: “Investir a longo prazo é importante visando uma aposentadoria mais tranquila e menos dependente do INSS”, com as alternativas sendo divididas em: concordo totalmente, concordo parcialmente, indiferente, discordo parcialmente e discordo totalmente. Do total de respondentes, tem-se a divisão apresentada no Gráfico 13. Assim, como observado, 53 discentes disseram concordar completamente com a afirmativa (65,43%), 14 se sentem indiferentes (17,28%), 13 concordam parcialmente (16,05%) e somente 1 diz discordar completamente (1,23%).

Por conseguinte, observa-se nas respostas o maior número de alunos que concordam completamente com o enunciado, logo reforçando a importância de investir a longo prazo para os mesmos objetivando um futuro com maior independência financeira, a partir da acumulação de patrimônio desde a fase universitária. Como visto no Gráfico 8 sobre os objetivos que os alunos desejam atingir ao investirem o seu dinheiro, aproximadamente 60% da amostra ao decidirem aplicar o seu dinheiro em algum produto financeiro objetivam a acumulação de patrimônio visando a construção de uma renda complementar para aposentadoria no futuro, logo apresentam em mente a importância de investirem a longo prazo para terem uma aposentadoria mais tranquila.

Outro fato observado na análise do Gráfico 8 que também influencia positivamente neste quesito é referente ao apontado que o objetivo pela aposentadoria é considerado o principal tanto para os estudantes de perfil conservador, moderado e arrojado quando estes aplicam o seu dinheiro em algum produto financeiro, apesar de apresentarem perfis de riscos e estratégias em seus investimentos distintas.

Gráfico 14: Simulação de investimentos com R\$1.000.000,00 poupados



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Por fim, a décima quinta e última pergunta do questionário refere-se a identificar, dado o conhecimento atual sobre investimentos dos discentes e o seu perfil

como investidor, quais investimentos eles investiriam caso possuíssem R\$1.000.000,00 poupados em mãos, dadas diferentes modalidades de investimentos de renda fixa, renda variável e criptomoedas. Do total de respondentes, tem-se a divisão apresentada no Gráfico 14.

A importância dessa pergunta está atrelada ao fato de que, como 93,82% dos estudantes da amostra ganham até 3 salários mínimos, aliado ao contexto visto no Gráfico 9 que a caderneta de poupança é considerada o investimento que os estudantes mais aplicam o seu dinheiro atualmente e se destoando das demais alternativas de investimentos, buscou-se observar quais seriam as suas preferências de investimentos caso possuíssem R\$1.000.000,00 para investir.

Dessa forma, como observado no Gráfico 14, 66 discentes afirmaram que investiriam em ações (81,48%), 37 aplicariam o montante sugerido em fundos de investimentos (45,68%), 36 em fundos imobiliários e no Tesouro IPCA+ (44,44%), 24 em bitcoins (29,63%) 23 no Tesouro Selic (28,40%), 22 em CDBs e em previdência privada (27,16%), 15 em LCI ou LCA (18,51%), 9 investiriam em outras criptomoedas (11,11%), 8 na caderneta de poupança e em debêntures (9,87%) e por fim, somente 7 aplicariam no Tesouro Prefixado (8,64%).

A partir da análise do que foi apresentado, observa-se a predominância das ações como investimento preferido dos discentes caso tivessem R\$1.000.000,00 para investir. Contudo, o resultado não é uma surpresa, haja visto que como visto nos Quadros 6 e 7 e no Gráfico 9, no geral os alunos consideraram apresentar um bom conhecimento sobre as ações, além de já ser um investimento que se encontra na carteira de, aproximadamente, 38% dos investidores da pesquisa, perdendo somente para a caderneta de poupança.

No demais, também destaca-se que dentre as opções de investimentos citadas, no longo prazo os investimentos em ações tendem a ser os mais rentáveis, logo também podendo ter colaborado com os resultados vistos, principalmente com um montante considerado em mãos para investir. O resultado encontrado também pode ser influenciado pelo cenário econômico atual em que a taxa básica de juros se encontra no seu valor mínimo histórico, além de que a bolsa de valores vem batendo recordes de ingressos de investidores, mostrando que muitos indivíduos têm se mostrado mais propensos ao risco em prol de obterem maiores rentabilidades nos investimentos na renda variável, como nas ações.

O bitcoin, apesar de ter sido o investimento que os alunos declararam apresentarem menor conhecimento nos Quadros 6 e 7, aparece como a 5ª opção mais votada no Gráfico 14, caso os mesmos possuíssem R\$1.000.000,00 poupados destinados para investir. Logo, presume-se que esteja relacionado com o fato de o bitcoin estar batendo recordes de cotação e valorização em 2021, logo podendo ser um fator que influencie na decisão dos discentes ao investir.

Outro ponto que chama a atenção é o pequeno número de respondentes que consideraram investir na caderneta de poupança na hipótese prevista na questão, ficando na frente somente do Tesouro Prefixado. De fato, é um resultado que causa bastante discrepância, uma vez que 68% dos discentes da amostra possuem algum dinheiro na caderneta de poupança. Contudo, não é uma surpresa o que foi encontrado, principalmente pelo fato de que no atual momento em que a pesquisa foi desenvolvida, a Taxa Selic se encontra em 2% ao ano, ou seja, a rentabilidade da caderneta de poupança é de somente 1,4% ao ano, abaixo até da inflação, logo podendo ser um fator considerado pelos alunos ao não escolher a caderneta de poupança na hipótese prevista para investir.

Por fim, também conclui-se que há uma maior tendência à diversificação dos investimentos pelos entrevistados caso possuíssem R\$1.000.000,00 poupados para investir. Entre os 81 discentes que compõem a amostra, 72 investiriam em pelo 2 alternativas de investimentos diferentes (88,88%), ou seja, convergindo com o que foi visto no Gráfico 12, uma vez que 55 (67,90%) discentes apresentam ciência e concordam totalmente ou parcialmente sobre a importância da diversificação em seus investimentos como forma de aumentar os rendimentos e diminuir os riscos em suas aplicações de capital.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo buscou como objetivo principal identificar o perfil de investidor dos alunos de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora - *Campus Avançado Governador Valadares* - MG. Como objetivos secundários, destacam-se analisar os investimentos preferidos dos discentes, observando em quais eles investem e em quais eles investiriam dentro de uma situação hipotética, observar as percepções dos alunos sobre os objetivos que desejam atingir ao investir, analisar se os estudantes apresentam conhecimento sobre diferentes alternativas de



investimentos e identificar as principais fontes de informação utilizadas pelos mesmos ao tomar conhecimento e auxiliar suas decisões de investimentos. Para atingir os objetivos propostos foram aplicados questionários de forma remota aos discentes entre os meses de dezembro e janeiro de 2021 e obteve-se o total de 81 respostas.

Dessa forma, respondendo o problema da pesquisa e os objetivos propostos, foi observado que os estudantes, em via de regra, apresentam preocupação de se planejarem financeiramente para o futuro, uma vez inicialmente analisado que ao aplicarem o seu dinheiro em alguma modalidade de investimento, foi detectado que há maior preferência por atingir objetivos a médio e longo prazo, visando, por exemplo, adquirirem bens (42) e também pela aposentadoria (48). Tal justificativa está ligada principalmente ao fato observado pela maioria dos estudantes apresentarem perfil de investidor moderado (56,79%), pois estes tendem a valorizar o aumento gradual do capital investido tomando riscos moderados, justamente buscando atingir objetivos dentro de um maior intervalo de tempo.

Entretanto, vale ressaltar que além de simplesmente apresentarem maior desejo por atingir os objetivos a médio e longo prazo mencionados acima, os estudantes também apresentam hábitos e costumes que lhe propiciam atingir tais finalidades futuramente e que são muito importantes neste processo que envolve o planejamento financeiro, tais como possuírem o hábito e o costume de pouparem seus ganhos (53,08%), já investirem (60,50%), buscam se informar sobre investimentos em diferentes fontes de informação, desde as mais modernas influenciadas pela era moderna da tecnologia até as mais conservadoras (96,30%) e também por diversificarem seus investimentos, principalmente entre os estudantes mais jovens com idade entre 20 a 24 anos e que optam pelas ações, títulos públicos, fundos imobiliários e CDBs, por exemplo, alternativamente a caderneta de poupança.

Vale destacar que apesar da diversificação dos estudantes em diferentes modalidades de investimentos de renda fixa e variável, além das criptomoedas, ainda se observa a predominância da caderneta de poupança como sendo o principal investimento atual dos discentes, uma vez que 68% dos estudantes que aplicam os seus recursos financeiros têm dinheiro na caderneta de poupança, apesar de seus ganhos reais negativos apresentados no ano de 2020. De maneira complementar, também foi notado que a caderneta de poupança também foi considerada o investimento que os discentes julgaram apresentar maior conhecimento dentre todas as opções listadas na décima pergunta do questionário, principalmente devido ao fato

da caderneta de poupança ser uma aplicação muito simples e considerada a mais popular entre os brasileiros.

Por fim, também pôde-se concluir que a universidade contribui positivamente para o processo de educação financeira dos estudantes, pois além das disciplinas de mercado de capitais ou outra(s) da área de finanças serem uma das alternativas mais votada quanto as principais fontes de informação utilizadas pelos estudantes para tomarem conhecimento sobre investimentos, também foi observado que muitos estudantes que poupam seu dinheiro e que também diversificam os seus investimentos já cursaram disciplinas sobre mercado de capitais ou outras correlatas na graduação, logo podendo ter facilitado para que os estudantes apresentassem um maior conhecimento sobre investimentos e também ter contribuído para a consciência dos mesmos sobre um melhor gerenciamento das suas finanças pessoais.

O trabalho teve como principal limitação a aplicação dos questionários, uma vez que as aulas e atividades presenciais da Universidade Federal de Juiz de Fora - *Campus Avançado Governador Valadares* - MG se encontram suspensas no momento da realização da pesquisa devido à pandemia do novo coronavírus, logo impossibilitando a aplicação presencial dos questionários e dificultando a obtenção de um maior número de respostas dos alunos. Outra limitação encontrada foi quanto a checar e analisar com maior profundidade o nível de conhecimento dos alunos sobre investimentos, uma vez que a avaliação foi feita por eles próprios.

Recomendo como contribuições futuras deste trabalho a comparação do perfil de investidor e do conhecimento sobre investimentos com alunos de outros cursos da Universidade Federal de Juiz de Fora - *Campus Avançado Governador Valadares* - MG, por exemplo, como Administração e Ciências Econômicas, haja visto que espera-se que os alunos destes cursos também apresentem familiaridade e conhecimento sobre as temáticas envolvendo investimentos e finanças. Outra extensão do presente trabalho seria referente a analisar com maior profundidade a influência e a contribuição da universidade para a educação financeira dos estudantes, analisando por sua vez os pontos positivos e as deficiências, uma vez que na pesquisa foi observado que as disciplinas de mercado de capitais ou outra(s) da área de finanças foram a 3º alternativa mais votada pelos discentes no que tange a ser uma fonte de pesquisa para tomar conhecimento sobre investimentos e mercado financeiro, e assim tomarem decisões de investimentos, porém não era objetivo do trabalhar aprofundar com maior intensidade essa discussão.

## 6. REFERÊNCIAS

ALBERGONI, Leide; KUSTER, Guilherme Blanski. Abertura de capital como fonte de financiamento aos investidores no Brasil: Análise do período de 2004 a 2007. **Revista FAE**, Curitiba, v.13, n.2, p. 1-14, Jul./Dez. 2010. Acesso em 14 ago. 2019. Disponível em:

<<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/viewFile/242/163>>.

ALCOFORADO, Eduardo Alvim Guedes. **Uma análise da taxaço e tributação dos investimentos no Tesouro Direto**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Acesso em 20 abr. 2020. Disponível em:

<<http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20547/5/AnaliseTaxacaoTributacao.pdf>>.

ASSAF NETO, Alexandre. **Fundamentos de Administração Financeira**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS - ANBIMA. **Raio X do investidor brasileiro**. 2 ed. 2019. Acesso em 22 ago. 2019. Disponível em:

<[https://www.anbima.com.br/data/files/25/50/2D/8C/0BBB96109FF4F696A9A80AC2/RaioX\\_investidor\\_2019.pdf](https://www.anbima.com.br/data/files/25/50/2D/8C/0BBB96109FF4F696A9A80AC2/RaioX_investidor_2019.pdf)>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS - ANBIMA. **Raio X do investidor brasileiro**. 3 ed. 2020. Acesso em 04 fev. 2021. Disponível em:

<[https://www.anbima.com.br/pt\\_br/especial/raio-x-do-investidor-2020.htm](https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-2020.htm)>.

BALCILAR, Mehmet et al. Can volume predict bitcoins returns and volatility? A quantiles-based approach. **Economic modelling**, 64, pp. 74-81. 2017. Acesso em 05 jan. 2021. Disponível em: <

<https://repository.up.ac.za/handle/2263/60028>>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxa Selic**. Acesso em 19 set. 2019.

Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>>.

BRASIL. **Medida Provisória nº 567, de 3 de maio de 2012**. Altera o art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, que estabelece regras gerais para desindexação da economia, e dá outras providências. Brasília, 07 maio. 2012. Acesso em 28 out. 2019. Disponível em

:<<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/sumarios-de-proposicoes/mpv567>>.

BRASIL, BOLSA, BALCÃO - B3. **A descoberta da bolsa pelo investidor brasileiro**. Acesso em 06 fev. 2021. Disponível em:

<[http://www.b3.com.br/pt\\_br/noticias/investidores.htm](http://www.b3.com.br/pt_br/noticias/investidores.htm)>.

BRASIL, BOLSA, BALCÃO - B3. **Demonstrações Financeiras de 2018**. Acesso em 29 set. 2019. Disponível em: <<https://ri.b3.com.br/ptb/4021/DF%20B3%202018%20Port.pdf>>.

BRASIL, BOLSA, BALCÃO - B3. **Fundos de Investimento Imobiliário**. Acesso em 19 nov. 2019. Disponível em: <[http://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/fundos-de-investimento-imobiliario-fii.htm](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/fundos-de-investimento-imobiliario-fii.htm)>.

BRASIL, BOLSA, BALCÃO – B3. **Letra de Crédito Imobiliário**. Acesso em 24 fev. 2021. Disponível em: < [http://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/registro/renda-fixa-e-valores-mobiliarios/letra-de-credito-imobiliario.htm](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/registro/renda-fixa-e-valores-mobiliarios/letra-de-credito-imobiliario.htm)>.

BRASIL, BOLSA, BALCÃO – B3. **Letras de Crédito do Agronegócio**. Acesso em 24 fev. 2021. Disponível em: < [http://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/registro/renda-fixa-e-valores-mobiliarios/letras-de-credito-do-agronegocio.htm](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/registro/renda-fixa-e-valores-mobiliarios/letras-de-credito-do-agronegocio.htm)>.

BRIMBLE, M; Hodgson, A. Assessing the risk relevance of accounting variables in diverse economic conditions. **Managerial Finance**, vol. 33. no. 8, pp. 553-573. 2007. Acesso em 27 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.semanticscholar.org/paper/Assessing-the-Risk-Relevance-of-Accounting-in-Brimble-Hodgson/948968a9b1f92ef4ba15df1d41a3618eda1097bd>>.

BUSNARDO, Felipe Dardani. **Crise do *subprime*: como a bolha imobiliária e o mercado financeiro derrubaram a economia americana em 2008, e os reflexos da crise para o Brasil**. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, 2012. Acesso em 06 out. 2019. Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/118439/busnardo\\_fd\\_tcc\\_arafcl.pdf?sequence=1](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/118439/busnardo_fd_tcc_arafcl.pdf?sequence=1)>.

CADORE, Rosmari Bertolo. **Perfil do investidor diante do portfólio de possibilidades para investimentos financeiros no Banco do Brasil agência de Xaxim - SC**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Acesso em 08 out. 2019. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14196/000649744.pdf?sequence=1>>.

CAMPANI, Carlos Heitor; COSTA, Thiago Roberto Dias da. Pensando na Aposentadoria: PGBL, VGBL ou Autoprevidência ?. **Revista Brasileira de Risco e Seguro**, Rio de Janeiro, v.14, n.24, p. 19-46, out. 2018/ dez. 2018. Acesso em 13 nov. 2019. Disponível em: <[http://www.rbrs.com.br/arquivos/rbrs\\_24\\_2.pdf](http://www.rbrs.com.br/arquivos/rbrs_24_2.pdf)>.

CARVALHO, A. Gledson de. Ascensão e declínio do mercado de capitais no Brasil - a experiência dos anos 90. **Economia Aplicada**, São Paulo, v.4, n.3, 2000. Acesso em 03 set. 2019. Disponível em: <<https://pesquisa->

[easp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/carvalho - ascensao e declinioo do mercado de capitais no brasil - a experiencia dos anos 90.pdf](http://easp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/carvalho_-_ascensao_e_declinioo_do_mercado_de_capitais_no_brasil_-_a_experiencia_dos_anos_90.pdf)>.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. **Cenário da poupança e dos investimentos dos brasileiros**. Outubro. 2018. Acesso em 19 ago. 2019.

Disponível em:

<[http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/menu/investidor/estudos/pesquisas/20181002\\_estudo\\_spc\\_cenario\\_da\\_poupanca\\_e\\_dos\\_investimentos\\_dos\\_brasileiros.pdf](http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/menu/investidor/estudos/pesquisas/20181002_estudo_spc_cenario_da_poupanca_e_dos_investimentos_dos_brasileiros.pdf)>.

DIAS, Carina de Oliveira et al. Perfil de educação financeira dos acadêmicos dos cursos de ciências contábeis, administração e economia de uma instituição federal de ensino superior brasileira. **Brazilian Applied Science Review**.

Curitiba, v.3, n.5, p. 2190-2221, set./ out, 2019. Acesso em 15 mar. 2021.

Disponível em:

<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BASR/article/view/3986>.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Manual de análise de dados: Estatística e Modelagem Multivariada com Excel, SPSS e Stata**. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FIGUEIREDO, Antonio Carlos. **Introdução aos derivativos**. 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

FILHO, Joaquim Rubens Fontes; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; MARUCCI, José Carlos. Governança Corporativa e o papel dos conselhos de administração: Um estudo no contexto das cooperativas de crédito. **5th International Conference of the Iberoamerican Academy of Management**.

Santo Domingo. República Dominicana, dez. 2007. Acesso em 14 ago. 2019.

Disponível em:

<[https://www.bcb.gov.br/Nor/Deorf/govcoop/Gov\\_cooperativa\\_e\\_%20o\\_papel\\_do\\_CA-IberoAmerican2007.pdf](https://www.bcb.gov.br/Nor/Deorf/govcoop/Gov_cooperativa_e_%20o_papel_do_CA-IberoAmerican2007.pdf)>.

FIORINI, Renato Mestre. **Determinantes da rentabilidade dos fundos de investimento imobiliário no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012. Acesso em 22 nov. 2019.

Disponível em:

<[https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10349/Dissertacao\\_Renato\\_Fiorini\\_20121228.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10349/Dissertacao_Renato_Fiorini_20121228.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo, Atlas, 2008.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GONZALEZ JUNIOR, Ivan Pedro; SOUZA, Edna Araújo de; SANTOS, Adeíse Caldas dos. Investimento financeiro: uma análise do perfil do investidor dos

universitários do recôncavo da Bahia. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**. Florianópolis, v. 2, n. 2. p. 96-114, dez. 2015. Acesso em 03 fev. 2021. Disponível em: <<https://comunicata.ufpi.br/index.php/gecont/article/view/2028>>.

GRACIOSA, Robson. **A evolução do mercado de ações brasileiro - 2000 a 2007**. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Acesso em 03 set. 2019. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia293335.pdf>>.

HULL, John C. **Options, Futures, and Other Derivatives**. 9th ed. Toronto: Pearson Prentice Hall, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **PIB cai 9,7% no segundo trimestre de 2020**. Agência IBGE Notícias, 01 de setembro de 2020. Acesso em 01 set. 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28721-pib-cai-9-7-no-2-trimestre-de-2020>>.

KERR, Roberto Borges. **Mercado Financeiro e de Capitais**. 1ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

LARA, Fernando Maccari; BLACK, Clarissa. A recessão econômica brasileira em 2015 e seu efeito conjuntural sobre as importações. **Indicadores Econômicos. FEE**, Porto Alegre, v.14, n.2, p. 9-26, 2016. Acesso em 24 fev. 2021. Disponível em: <<http://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/3853/3776>>.

LUSARDI, Annamaria. Financial Literacy: An essential tool for informed consumer choice? **NBER Working Paper**, n. 14084, jun. 2008. Acesso em 16 mar. 2021. Disponível em: <[https://www.nber.org/system/files/working\\_papers/w14084/w14084.pdf](https://www.nber.org/system/files/working_papers/w14084/w14084.pdf)>.

MACARINI, José Pedro. Um aspecto da política econômica do “milagre brasileiro”: A política de mercado de capitais e a bolha especulativa 1969 - 1971. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.38, n.1, p. 151-172, Janeiro-Março. 2008. Acesso em: 28 ago. 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v38n1/07.pdf>>.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINI, Marcos Felipe Gomes. Renda fixa versus renda variável: uma análise descritiva entre a rentabilidade dos investimentos. **Revista Especialize On-line IPOG**, Goiânia, v. 01, n.5, p. 1-13, Julho. 2013. Acesso em 30 set. 2019. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/2059436-Renda-fixa-versus-renda-variavel-uma-analise-descritiva-entre-as-rentabilidades-dos-investimentos.html>>.



MIZUNO, Jorge. et al. Análise da eficiência dos fundos de investimentos imobiliários. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 66-79, jan./abril. 2011. Acesso em 22 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4417/441742841006.pdf>>.

OLIVEIRA, Virgínia Izabel de; PINHEIRO, Juliano Lima. **Gestão de riscos no mercado financeiro**: Uma abordagem prática e contemporânea para as empresas. 1 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

PIRES, Manoel C.C. Política econômica e estabilização: uma breve análise da recessão econômica. **BRAZILIAN KEYNESIAN REVIEW**, 2 (2), p.247-251, 2nd Semester/2016. Acesso em 24 fev. 2021. Disponível: < <https://www.braziliankeynesianreview.org/BKR/article/view/87>>.

POLONI, Matheus Camargo. **O novo perfil do investidor no mercado financeiro: o impacto das criptomoedas na economia e nos investimentos pessoais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2020. Acesso em 15 fev. 2021. Disponível em: < <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/6504>>.

RAMBO, Andrea Carneiro. **O perfil do investidor e melhores investimentos: da teoria à prática do mercado brasileiro**. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Acesso em 22 nov. 2019. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/123812>>.

RIBEIRO, Roberto Portes; MACHADO, Mari Eldionara Rosa. Análise do comportamento dos investidores no Multinve\$. **GESPRO. Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, Bauru, v.8, n.1, p. 107-118, jan-mar/ 2013. Acesso em 18 nov. 2019. Disponível em: <<https://revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/view/993>>.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. 3. ed. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SALES, Gabriely Uchoa. **Análise do perfil dos investidores universitários da Universidade Federal do Ceará - Campus FEAACS**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Acesso em 04 fev. 2021. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/30067>>.

SANTOS, José Carlos de Souza; SILVA, Marcos Eugênio da. **Derivativos e renda fixa**: Teorias e aplicações ao mercado brasileiro. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SANTOS, Lucas Mardio Teixeira. **Perfil do investidor: uma análise comparativa com os alunos de semestres iniciais e semestres finais do**

**curso de graduação de Ciências Contábeis da UnB.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2018. Acesso em 04 fev. 2021. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/25588>>.

SILVA, Maurício Souza; ASSIS, Francisco Avelino de. A história da contabilidade no Brasil. **Periódico Científico Negócios em Projeção**, Distrito Federal, v.6, n.2, p. 35-44, 2015. Acesso em 29 ago. 2019. Disponível em: <<http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao1/article/view/579/545>>.

SILVA, Gabriel Batista da; OLIVEIRA, Flavio Amaral. Alternativas de investimentos às pessoas físicas e o perfil de investidor dos acadêmicos de Ciências Contábeis da UNEMAT, *Campus* de Tangará da Serra - MT. **Revista UNEMAT de Contabilidade**. Tangará da Serra, v.3, n.5, Jan/Jun. 2014. Acesso em 04 fev. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/view/304>>.

VIEIRA, Saulo Fabiano Amancio; REGIANE, Tardiolle Manfre Bataglia; SEREIA, Vanderlei José. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. **Revista de Administração da UNIMEP**, Piracicaba, v.9, n.3, p. 61-87, set./ out. 2011. Acesso em 16 mar. 2021. Disponível em: <http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/rau/article/view/345/477>.

VIEIRA, Solange Paiva; MENDES, André Gustavo Salcedo Teixeira. Governança Corporativa: Uma análise de sua evolução e impactos no mercado de capitais brasileiro. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v.11, n.22, p. 103-122, Dez. 2004. Acesso em 26 ago. 2019. Disponível em: <[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/8177/2/RB%2022%20Governan%c3%a7a%20Corporativa%20Uma%20An%c3%a1lise%20de%20sua%20Evolu%c3%a7%c3%a3o%20e%20Impactos%20no%20Mercado%20de%20Capitais%20Brasileiro\\_P\\_BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/8177/2/RB%2022%20Governan%c3%a7a%20Corporativa%20Uma%20An%c3%a1lise%20de%20sua%20Evolu%c3%a7%c3%a3o%20e%20Impactos%20no%20Mercado%20de%20Capitais%20Brasileiro_P_BD.pdf)>.



**APÊNDICE A – Questionário**

1- Sexo:

- Feminino
- Masculino

2- Idade:

- Até 20 anos
- Entre 20 e 24 anos
- Entre 25 e 30 anos
- Acima de 30 anos

3- Período:

- 1º
- 2º
- 3º
- 4º
- 5º
- 6º
- 7º
- 8º
- 9º
- 10º
- Acima do 10º período

4- Você já cursou a disciplina de mercado de capitais ou outra(s) disciplinas da área sobre investimentos ou finanças?

- Sim
- Não

5- Qual é a sua renda individual? (Dado o salário mínimo de R\$ 1.045,00, em 2020)

- Não possui renda
- Até 1 salário mínimo
- De 1 a 3 salários mínimos
- De 3 a 5 salários mínimos
- Acima de 5 salários mínimos

6- Você tem o hábito de poupar recursos?

- Sim, tenho condições e também possuo o hábito de poupar parcela dos meus ganhos
- Tenho condições para poupar, mas não faço
- Não tenho o hábito, mas pretendo adquiri-lo
- Não tenho o hábito e ainda não penso em poupar meu dinheiro
- Não possuo renda suficiente para poupar

7- Diante das alternativas abaixo, qual das estratégias de investimento mais se adequa com o seu perfil?

- Valorizar predominantemente a segurança e a preservação do capital para não perder valor ao longo do tempo, assumindo riscos pequenos de perdas em minhas aplicações
- Buscar o aumento gradual do capital investido ao longo do tempo, assumindo riscos moderados
- Buscar o aumento do capital acima da taxa de retorno média do mercado, mesmo que isso implique assumir riscos de perdas elevados
- Obter no curto prazo retornos elevados e significativos acima da taxa de retorno média do mercado, assumindo riscos muito elevados em troca de rentabilidades mais atraentes em meus investimentos
- Outro

8- Quais dos objetivos a seguir você deseja atingir, atualmente, a partir do momento em que decide aplicar o seu dinheiro em um produto financeiro?

- Apenas deixar o meu dinheiro guardado, em segurança
- Construção da reserva de emergência
- Financiar estudos ou cursos em geral
- Adquirir bens (como carro, imóvel e etc.)
- Abrir um negócio
- Ganhar dinheiro no curto prazo, a partir da oscilação do mercado e valorização dos ativos
- Acumulação de patrimônio, visando a construção de uma renda complementar para aposentadoria no futuro
- Outros

9- Você já investiu? Se sim, em qual/ quais modalidade(s) de investimento?

- Nunca investi
- Criptomoedas
- Caderneta de poupança
- Certificado de Depósito Bancário (CDB)
- Letra de Crédito Imobiliário (LCI) ou Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)
- Títulos públicos
- Debêntures
- Previdência privada
- Fundos de investimento
- Fundos imobiliários
- Ações

10- De 1 a 5, qual o seu grau de conhecimento sobre as seguintes opções de investimentos? Considere 1 como tendo conhecimento muito pequeno e 5 como tendo conhecimento muito grande.

Criptomoedas	(1) (2) (3) (4) (5)
Caderneta de poupança	(1) (2) (3) (4) (5)
CDB	(1) (2) (3) (4) (5)
LCI ou LCA	(1) (2) (3) (4) (5)
Títulos públicos	(1) (2) (3) (4) (5)
Debêntures	(1) (2) (3) (4) (5)

Previdência privada	(1) (2) (3) (4) (5)
Fundos de investimento	(1) (2) (3) (4) (5)
Fundos imobiliários	(1) (2) (3) (4) (5)
Ações	(1) (2) (3) (4) (5)

11- Quais das seguintes fontes você mais utiliza para buscar informações relacionadas ao mercado financeiro e seus assuntos relacionados?

- Gerente de banco
- Profissionais especialistas em investimentos
- Redes sociais
- Sites de notícias/ blogs e fóruns de investimentos
- Amigos e parentes
- Aplicativos de corretoras
- Pelos meios de comunicação (Rádio/TV/Jornal)
- Cursos ofertados por corretoras ou por profissionais da área
- Disciplinas ofertadas na Universidade sobre mercado de capitais ou outra(s) da área
- Não busco informações

12- Evito quaisquer promessas de ganhos de dinheiro fáceis, rápidos e com pouco trabalho:

Discordo totalmente       Concordo totalmente

13-. Invisto buscando sempre diferentes opções para aumentar os rendimentos e diminuir os riscos em meus investimentos:

Discordo totalmente       Concordo totalmente

14- Investir pensando a longo prazo é importante pensando em uma aposentadoria com maior tranquilidade e menos dependente do INSS:

Discordo totalmente       Concordo totalmente

15. Dado o seu conhecimento atual sobre investimentos, caso você possuísse R\$1.000.000,00 poupados, qual seria a sua primeira escolha de investimento?

- Bitcoin
- Outras criptomoedas
- Caderneta de poupança
- CDB
- LCI ou LCA
- Tesouro Selic
- Tesouro Prefixado
- Tesouro IPCA
- Previdência privada
- Debêntures
- Fundos de investimento
- Fundos de investimento imobiliário
- Ações